

FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS (FGV)
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA, POLÍTICA E BENS
CULTURAIS (PPHPBC)
MESTRADO PROFISSIONAL EM BENS CULTURAIS E PROJETOS SOCIAIS

JULIANA MARINS FERNANDES MARINS

MISSÕES MILITARES NO EXTERIOR: A EXPERIÊNCIA DE QUEM FICA

RIO DE JANEIRO – RJ

2021

JULIANA MARINS FERNANDES MARINS

RELATÓRIO TÉCNICO

MISSÕES MILITARES NO EXTERIOR: A EXPERIÊNCIA DE QUEM FICA

Relatório técnico para apresentação de produto à banca do Mestrado Profissional em Bens Culturais e Projetos Sociais, da Fundação Getúlio Vargas, como requisito para a obtenção do título de Mestre.

Orientador: Celso Corrêa Pinto de Castro

FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS
MESTRADO PROFISSIONAL EM BENS CULTURAIS E PROJETOS SOCIAIS
CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA DO BRASIL

JULIANA MARINS FERNANDES MARINS

“MISSÕES MILITARES NO EXTERIOR: A EXPERIÊNCIA DE QUEM FICA”.

DISSERTAÇÃO APRESENTADO(A) AO CURSO DE MESTRADO PROFISSIONAL EM BENS CULTURAIS E PROJETOS SOCIAIS PARA
OBTENÇÃO DO GRAU DE MESTRE (A) EM BENS CULTURAIS E PROJETOS SOCIAIS .

DATA DA DEFESA: 19/08/2021

ASSINATURA DOS MEMBROS DA BANCA EXAMINADORA

PRESIDENTE DA COMISSÃO EXAMINADORA: PROFº/ª CELSO CORRÊA PINTO DE CASTRO

PROFº/ª CELSO CORRÊA PINTO DE CASTRO
ORIENTADOR(A)



PROFº/ª SÍLVIA MONNERAT BARBOSA
MEMBRO INTERNO

P/ Celso Corrêa Pinto de Castro

PROFº/ª LUCAS DE MAGALHÃES FREIRE
MEMBRO EXTERNO

P/ Celso Corrêa Pinto de Castro

RIO DE JANEIRO, 19 DE AGOSTO DE 2021.



PROFº/ª CELSO CORRÊA PINTO DE CASTRO
DIRETOR(A)

PROFº ANTONIO DE ARAUJO FREITAS JUNIOR
PRÓ-REITOR DE ENSINO, PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Ficha catalográfica elaborada pelo Sistema de Bibliotecas/FGV

Marins, Juliana Marins Fernandes

Missões militares no exterior : a experiência de quem fica / Juliana Marins
Fernandes Marins. – 2021.
65 f.

Dissertação (mestrado) – Escola de Ciências Sociais da Fundação Getúlio
Vargas, Programa de Pós-Graduação em História, Política e Bens Culturais.
Orientador: Celso Corrêa Pinto de Castro.
Inclui bibliografia.

1. Assistência social. 2. Famílias de militares – Serviço social. 3. Missões
militares. I. Castro, Celso, 1963- . II. Escola de Ciências Sociais da Fundação
Getúlio Vargas. Programa de Pós-Graduação em História, Política e Bens
Culturais. III. Título.

CDD – 361

Elaborada por Márcia Nunes Bacha – CRB-7/4403

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus por ter me dado a graça de chegar até aqui em minha caminhada profissional e acadêmica. Sinto-me uma pessoa privilegiada, dentre os muitos motivos para tal, fui a primeira pessoa do meu núcleo familiar a concluir uma Graduação. Com muita dedicação e após uma tentativa frustrada, em 2008 fui aprovada no vestibular da UFSC, vindo a me tornar Bacharel em Serviço Social pela UFF em dezembro de 2012. Sou grata a Deus por cada experiência vivida nesse percurso, pelas amizades que fiz, pela oportunidade de ser bolsista do Programa de Educação Tutorial (PET/CNPQ), onde descobri, aprendi e tomei gosto pela pesquisa acadêmica. Nunca nos meus mais ousados planos eu sonharia cursar e finalizar um Mestrado.

Sou grata a mim por não me permitir desistir, quando, diante de tantas dificuldades, planos e projetos frustrados, e ainda vivendo as crises e o cansaço de atuar na linha de frente de uma Pandemia, pensei em fazê-lo. Olho para trás e agradeço por ter buscado forças, resistido e descansado ao invés de desistir.

Agradeço ao meu esposo, Rafael, que foi o meu principal incentivador nesse processo, e à minha irmã Carol pelas palavras de incentivo.

Agradeço à Fundação Getulio Vargas pela oportunidade de cursar este Mestrado Profissional, em especial ao Prof. Celso Castro, meu orientador, fonte inesgotável de saber e autor do livro pioneiro que se tornou um clássico no campo de estudos sobre militares no Brasil – *O espírito militar: um estudo de antropologia social na Academia Militar das Agulhas Negras*. Que honra contar com o apoio do senhor.

Sou grata aos colegas que fiz durante o curso, com quem dividi as angústias de toda a transformação ocorrida no período da Pandemia do Covid-19: as aulas online, distanciamento social, uso de máscaras, painéis, a angustiante espera pela vacina e um desgoverno “asqueroso” (REIS, Nando. 2021). Agradeço ainda à minha terapeuta, Vanusa, quem prestou-me o apoio psicológico para que eu conseguisse administrar tudo isso.

Deixo meu agradecimento especial a cada professor do CPDOC: À profª. Ângela Moreira, por seu direcionamento doce e paciente; à profª. Silvia Monnerat (quase uma co-orientadora) em especial, à sua contribuição acadêmica na temática estudada; aos professores Jairo Nicolau, Jaqueline Zulini, Bernardo B. De Holanda e Jimmy Medeiros. Muito Obrigada.

RESUMO

Esta dissertação objetiva abordar e contribuir com o projeto social “Minha Missão”, que é desenvolvido pela Assistência Social na Marinha do Brasil e atua no apoio de familiares e militares durante o período de afastamento do(a) militar de seu núcleo familiar, em decorrência da sua atuação em missões de paz ou missões de longa duração no exterior. A partir da bibliografia estudada e do questionário aplicado junto aos familiares desses militares propõe-se o desenvolvimento de uma cartilha com informações relevantes e dados que forneçam elementos de prevenção e antecipação de possíveis problemas que possam surgir no período de afastamento, assim como a promoção de acesso aos serviços disponíveis na instituição militar e na rede socioassistencial. A produção textual, a partir da análise de autores clássicos, observa as características centrais do *ethos* militar e busca compreender a estrutura familiar, denominada institucionalmente como “Família Militar”; também contextualiza o projeto social a ser beneficiado pelo produto, destacando as principais demandas dos militares e dos familiares durante as missões, assim como traça um panorama sobre o trabalho do assistente social em uma instituição militar. Ademais, a partir do questionário aplicado foi possível traçar um perfil desses familiares, destacando o papel da mulher na função do cuidado.

Palavras-chave: assistência social, missões de paz, família militar.

ABSTRACT

This thesis aims to address and to contribute to the social project "My Mission", which is developed by Social Assistance in the Brazilian Navy, and works to support family members and military personnel during the period of removal of the military from its nucleus family, as a result of their role in peace missions or long-term missions abroad. Based on the bibliography studied and the service provided to the families of these soldiers, the development of a booklet with relevant information and data that provide elements of prevention and anticipation of possible problems that arise during the period of leave, as well as the promotion of access to services available in the military institution and in the social assistance network. The textual production, based on the analysis of classical authors, observes as central characteristics of the military ethos and seeks to understand a family structure, institutionally called "Military Family"; it also contextualizes the social project to be benefited by the product, standing out as the main demands of the military and family members during missions, as well as outline an overview of the work of social workers in a military institution. Furthermore, from the formulated questionnaire, it was possible to draw a family profile, highlighting the role of women in the care function.

Keywords: social assistance, peacekeeping missions, military family.

SUMÁRIO

GLOSSÁRIO DE SIGLAS

- 1. INTRODUÇÃO**
- 2. DISCUSSÃO TEÓRICO-METODOLÓGICA**
- 3. DISCUSSÃO SOBRE O FORMATO**
- 4. APRESENTAÇÃO DO PRODUTO**
- 5. APLICAÇÃO DO PRODUTO**
- 6. CONSIDERAÇÕES FINAIS**
- 7. LISTAGEM DOS ACERVOS E FONTES**
- 8. BIBLIOGRAFIA**
- 9. APÊNDICES**

1. GLOSSÁRIO DE SIGLAS

ABEPSS - Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social

AMAN - Academia Militar das Agulhas Negras

AMN - Abrigo do Marinheiro

CLT - Consolidação das Leis do Trabalho

CM - Comandante da Marinha

ComemCh - Comando em Chefe da Esquadra

COVID-19 - Corona Virus Disease - termo largamente utilizado para designar o vírus Sars-Cov-2 que causa uma infecção respiratória aguda, potencialmente grave, de alta transmissibilidade, e distribuição global.

DASM - Diretoria de Assistência Social da Marinha

DETRAN - Departamento Estadual de Trânsito

DGPM - Diretoria Geral do Pessoal da Marinha

DN - Distritos Navais

FTM - Força Tarefa Marítima

FUSMA - Fundo de Saúde da Marinha

IPTU - Imposto Predial e Territorial Urbano

IRPF - Imposto de Renda de Pessoa Física

LAF-N - Lebanese Armed Forces - Navy

MB - Marinha do Brasil

MD - Ministério da Defesa

NAS - Núcleo de Assistência Social

OM - Organização Militar

ONU - Organização das Nações Unidas

PNR - Próprios Nacionais Residenciais

SMV - Serviço Militar Voluntário

UNIFIL - United Nations Interim Force in Lebanon

VCB - Voluntárias Cisne Branco

1. INTRODUÇÃO

Sabina Frederic (2016), escrevendo sobre a experiência das Forças Armadas argentinas em Operações de Paz, argumenta que a intensa frequência de envio de tropas a terras distantes geográfica e culturalmente, por períodos de seis meses ou mais, impactou os militares e seus familiares e despertou a atenção das instituições militares. Surgiram, assim, estudos de campo de sociologia, antropologia, psicologia e áreas das ciências sociais aplicadas, mobilizados para compreender os fatores que os produzem e as duras estratégias pessoais, situacionais e institucionais necessárias para lidar com os problemas de ordem moral e emocional que afetam os militares e seus familiares.

Nesse contexto, o presente estudo tem como recorte o projeto social “Minha Missão” realizado pela Assistência Social na Marinha do Brasil, e que atua no apoio de familiares e militares que compõem a tripulação dos navios da Esquadra Brasileira quando estão cumprindo uma Missão Especial¹ ou de longa duração.

O universo das Missões Especiais é composto, por sua natureza, por fatores como: confinamento, trabalhos em turnos, insegurança de várias ordens, afastamento da família por longo período de tempo, grande distância geográfica em ambientes e culturas singulares (ora em regiões de conflito, ora em locais cujo clima é inóspito), restrições de mobilidade, do tempo livre, de lazer e do contato com a população local, assim como tantas outras exigências profissionais.

Sabina Frederic (2016) afirma que Estresse e Resiliência foram as categorias mais utilizadas pelos militares argentinos para abordar os efeitos emocionais dos militares que vivenciaram uma experiência de missão. E ainda, que a influência desses fatores em uma operação militar real revelou a dependência de um recurso que não é técnico-militar, mas de ordem emocional e moral.

Tendo como premissa esta percepção, a *Norma sobre a Assistência Social* (DGPM-501/7ª Revisão)² prevê o *Programa de Atendimento em Missões*, que por meio de atividades socioeducativas oferece informação e recursos para que o militar e sua família acessem

1 Missão Especial: acarreta o afastamento do militar de seu ambiente familiar por um período prolongado de tempo, além de estar relacionada a operações realizadas em locais de isolamento social ou ainda de manutenção e restabelecimento da paz (BRASIL, 2014).

2 Disponível em <https://www.marinha.mil.br/publicacoes-reserva>

serviços disponíveis, identifiquem os estímulos estressores, e reflitam sobre a adoção de estratégias de enfrentamento das dificuldades. As atividades do Programa são executadas pelo Núcleo de Assistência Social do Comando em Chefe da Esquadra (NAS - ComemCh) através do Projeto social “Minha Missão”.

Diante do universo singular, repleto de historicidade e contradições que compõe o âmbito militar e a atuação do assistente social neste espaço sócio ocupacional, este estudo de mestrado, realizado a partir da bibliografia estudada e de um questionário aplicado junto aos familiares desses militares, propõe o desenvolvimento de uma cartilha com informações relevantes e dados que forneçam elementos de prevenção e antecipação de possíveis problemas que possam surgir no período de afastamento, assim como a promoção de acesso aos serviços disponíveis na instituição militar e na rede socioassistencial.

A escolha do tema deu-se a partir de minha incursão no universo militar, na época da graduação, através da experiência de estágio supervisionado durante o período de abril de 2011 a janeiro de 2013, na Força Aérea Brasileira, inicialmente atuando junto aos recrutas do III Comando Aéreo Regional (III COMAR) e em seguida no atendimento social a usuários no Núcleo de Serviço Social do Rio de Janeiro (NUSESO-RJ). Após isso, tive também a experiência laborativa, de cinco anos, como assistente social temporária em um Núcleo de Assistência Social na Marinha do Brasil. Além do fato de ter pertencido a uma família de avós, pai e mãe militares.

Em meio às diversas possibilidades de abordagem que se descortinam nesse momento de aproximação e reflexão desse período de estágio e prática profissional – atravessada por princípios de hierarquia e disciplina – o referido projeto social me chamou a atenção de maneira especial, principalmente por atuar junto à trajetória invisível de mulheres que cumprem o papel feminino de apoio, cuidado e suporte familiar para que os seus companheiros possam realizar suas “nobres e reconhecidas atividades” (GOLDENBERG, 2018).

A produção textual, a partir da análise de autores clássicos, aborda as características centrais do *ethos* militar e buscou compreender a estrutura familiar, denominada institucionalmente como “Família Militar”; contextualiza o projeto social a ser beneficiado pelo produto, destacando as principais demandas dos militares e dos familiares durante as

missões, assim como traça um panorama sobre o trabalho do assistente social em uma instituição militar.

Ademais, a partir da pesquisa empírica realizada a partir do questionário aplicado foi possível traçar um perfil desses familiares, destacando o papel da mulher na função do cuidado.

O objetivo final é contribuir com o projeto social em tela, através de uma cartilha que contenha informações relevantes e dados que forneçam elementos de prevenção de possíveis problemas que venham a surgir provenientes do período de afastamento do militar de seu núcleo familiar, em decorrência da atuação em missões especiais ou missões de longa duração no Exterior.

A partir das contribuições de JANUZZI (2011) percebe-se sobre a elaboração de projetos sociais, quando pautada em uma análise realista da conjuntura e da instituição, a partir de diagnósticos propositivos para uma intervenção específica e comprometida com os interesses de seus usuários, pode se tornar um importante instrumento para a garantia do acesso a direitos, promoção da cidadania e fator de grande contribuição para a qualidade de vida no trabalho.

Portanto, com este trabalho acredito contribuir para uma reflexão e problematização da prática profissional realizada pelos profissionais da Assistência Social junto aos projetos sociais realizados. Com a elaboração do Produto Final, busco oferecer aos familiares dos militares orientações e informações sistematizadas que venham a reduzir as situações difíceis provenientes ao período de afastamento do militar de seu núcleo familiar.

A partir da pesquisa realizada com 75 familiares de militares que realizaram pelo menos uma Missão Especial, foi confeccionada uma cartilha com informações importantes a serem transmitidas à família antes do período da comissão, como: quais documentos sugere-se armazenar em uma pasta de fácil acesso; sugestão e orientação sobre deixar uma procuração pública para que o familiar possa resolver alguns imprevistos em seu nome; a importância de se fazer um planejamento financeiro e cumpri-lo; a necessidade de se pensar sobre estratégias para o gerenciamento do estresse; e oferecer aos familiares números de telefones institucionais importantes (como de hospitais, policlínicas, do plantão de assessoria em casos de óbito), dentre outros.

O método utilizado, no primeiro momento, consistiu no levantamento de textos bibliográficos, como artigos, periódicos, revistas, documentação e registros que abordassem o tema de projetos sociais nas Forças Armadas, de Missões Especiais e família militar. No segundo momento realizou-se uma pesquisa através da ferramenta *Formulário* do *Google*, onde os familiares responderam, de forma voluntária e não identificável, um questionário semiestruturado com perguntas abertas e fechadas, sobre a experiência vivenciada durante o período da missão. Esse instrumento servirá de base para a construção do produto final.

O cronograma das etapas de construção foi planejado e executado conforme a tabela a seguir:

Cronograma de atividades		1ºSemestre 2020		2ºSemestre 2020		1ºSemestre 2021		2ºSemestre 2021	
Levantamento e Fundamentação Teórica	Levantamento Bibliográfico	x							
	Levantamento das Normativas que orientam a Assistência Social na MB	x							
	Levantamento de fontes secundárias (Jornais, revistas etc.)		x	x					
	Sistematização do conteúdo teórico			x	x				
Pesquisa	Entrevista com as(os) familiares dos militares que realizaram alguma missão especial				x	x	x		
	Sistematização das observações realizadas				x	x	x		
Produção Textual	Exame de Qualificação						x		
	Ajustes no Relatório Técnico						x	x	
	Elaboração do Relatório Técnico						x	x	
	Revisão final e Apresentação								x

O primeiro capítulo faz um resgate bibliográfico de conceitos clássicos sobre a identidade militar através de categorias trazidas pelos autores Celso Castro e Pieiro Leirner. Adentrando nas reflexões acerca das fronteiras entre militar e civil, público e privado, o capítulo segue com as contribuições das autoras Silvia Monnerat, Mirian Goldenberg, Helena Carreiras e Sabina Frederic sobre as relações de gênero, os modelos e a “Família Militar”.

O segundo capítulo inicia-se abordando a história do Serviço Social enquanto profissão, a partir de textos clássicos de autores como Marilda Iamamoto, Yolanda Guerra, Valéria Forti, dentre outros. Segue demonstrando os esforços para a construção de uma Política de Assistência Social para assistir os militares da Marinha do Brasil e como essa política se estrutura nos dias de hoje, demonstrando suas áreas técnicas de atuação multiprofissional, financiamento, público-alvo, as principais demandas e, ainda, os desafios e contradições do âmbito militar como espaço sócio-ocupacional do assistente social.

A terceira seção discorre sobre o *Programa de Atendimento em Missões*, previsto na *Norma sobre a Assistência Social* (DGPM-501/7ª Revisão)³, abarcando cada uma de suas etapas de implementação (preparação, apoio e desmobilização). A seguir, demonstra o surgimento do projeto social “Minha Missão” e da Força Interina das Nações Unidas no Líbano (UNIFIL). Este capítulo traz em detalhes o trabalho realizado pela equipe de um psicólogo e um assistente social, histórias e experiências empíricas *in loco* no atendimento dos militares a bordo dos navios da Marinha brasileira no porto de Beirute, no Líbano.

Finalmente, o terceiro capítulo inicia-se localizando a inserção da mulher na Marinha do Brasil, em especial nos setores operativos. Apresenta-se o percurso percorrido pela pesquisa, seus desafios e estratégias de enfrentamento utilizadas. Demonstra-se os dados da tabulação e análise dos 75 questionários preenchidos por familiares de militares que realizaram missão operativa no exterior, dando-se ênfase aos achados da pesquisa, como: tempo médio de afastamento dos militares de seus núcleos familiares, grau de parentesco, ocupação dos familiares, motivação para se fazer uma missão de longa duração no Exterior, a percepção sobre o termo “Família Naval”, relatos e dificuldades enfrentadas, em especial em um cenário de pandemia. Observa-se ainda a experiência semelhantes vivenciadas pelas Forças Armadas da Argentina e de Portugal.

3 Disponível em <https://www.marinha.mil.br/publicacoes-reserva>

2. DISCUSSÃO TEÓRICO-METODOLÓGICA

A partir dos anos 1990 tem início uma nova perspectiva de análise acerca das organizações militares, baseada na compreensão da rotina cotidiana dos militares e da construção da sua identidade. Celso Castro e Pieiro Leirner foram pioneiros nestes estudos, buscando compreender, de uma perspectiva antropológica, como as categorias dos próprios militares estruturam sua visão de mundo de maneira relativamente autônoma. A vida cotidiana dos militares é compreendida como “totalizante”, cujos valores transbordam os muros da instituição e absorve a família de seus membros, já que também a vida privada transcorre sob o olhar público institucional. Dessa forma, a partir dos anos 2000 a “Família Militar” passa a ser também uma temática dos pesquisadores das ciências sociais.

Ainda nos anos 1980, CASTRO (2004) iniciou a análise sobre a formação da identidade social do militar, o que chamou de “espírito militar”, a partir de uma etnografia na Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN).

A partir das reflexões deste autor, ao ingressar em uma Instituição Militar e adentrar um Centro de Instrução (ou de adestramento, como também são chamados), desde o primeiro momento em isolamento (regime de internato), o indivíduo é submetido a uma série de ritos expiatórios (formaturas, exercícios físicos, inspeções, manobras, e atividades de caráter repetitivo), que caracteriza uma ruptura brusca com o “mundo exterior”, representando não só um processo de socialização profissional: a apreensão de valores, atitudes e comportamentos adequados à vida militar, tais como disciplina, hierarquia, precisão, rapidez, vigor físico e solidez moral; como essas condutas e princípios acabam por condicionar a vida pessoal desse novo “ser social”, o militar. Forma-se, assim, uma distinção simbólica construída e vivenciada pelos militares entre “eles” (militares) e os “civis” ou paisanos⁴ (os não militares), que acaba sendo um passo primordial para a formação de uma identidade, de um “espírito militar”. Essa identidade é reconhecida a partir da ideia de pertencimento a um “mundo de dentro” (o meio ou mundo militar) em contraposição ao “lá fora” (meio ou mundo civil).

Essa característica institucional é comumente classificada pelos pesquisadores da área militar como “Instituição Total”, a partir do conceito de GOFFMAN:

4 Termo pejorativo muito usado para denominar as pessoas que não fazem parte do mundo militar.

Instituição Total [...] um local de residência e trabalho onde um grande número de indivíduos com situação semelhante, separados da sociedade mais ampla por considerável período de tempo, leva uma vida fechada e formalmente administrada. GOFFMAN (1974, p.11)

Segundo o autor, as instituições totais promovem a ruptura das barreiras que separam os atos de trabalhar, dormir e brincar, comuns ao cotidiano da maior parte das pessoas, de maneira que essas atividades passam a acontecer sempre na companhia de outras pessoas, de acordo com um controle formal de horários e procedimentos, segundo o plano racional da instituição.

Não obstante, CASTRO (2004) relembra, a partir da sua experiência etnográfica na AMAN, que se compreendido esse período como uma etapa da carreira militar, o caráter de “instituição total” passa a ser visto como transitório e reforça também que, diferente da participação compulsória, nas instituições militares o ingresso é voluntário e a permanência também.

Diante disso o autor acredita que ganha-se mais ao pensar a instituição militar como “totalizante”:

[...] uma experiência totalizadora e básica para a identidade militar, com a precedência da coletividade sobre os indivíduos. O resultado é a representação da carreira militar como uma ‘carreira total’ num mundo coerente, repleto de significação e onde as pessoas ‘têm vínculos’ entre si. (CASTRO, 2004, p.46)

O autor concorda que a instituição militar detém certo controle da vida do indivíduo que nela está inserido. E afirma que o “espírito militar” compreende valores de preeminência da coletividade, hierarquia, espírito de união e camaradagem entre os militares e acaba se estendendo para além das fronteiras profissionais do quartel, abarcando a vida pessoal e familiar, o círculo de amigos etc. dos militares.

Piero LERNIER, a partir de sua abordagem, tem na Hierarquia uma espécie de “fato social total”. Para o autor, ela representa o princípio formador da identidade coletiva que estabelece a fronteira clara com o “mundo civil”, ao passo que também estrutura as relações

internas aos próprios militares, sendo reproduzida, inclusive, entre as esposas, a hierarquia dos maridos.

Nesse contexto imbricado entre as dimensões privada e pública da vida social, nota-se que na vida militar a esposa configura-se como um elemento importante e a família é vista como pertencente ao mundo do quartel. Daí emerge o termo “Família Militar”, a ser evocado em múltiplos sentidos e a partir de interesses difusos. Ora é utilizado para indicar o contingente militar da instituição (o elemento “profissional” – todos os militares); ora para a família no seu sentido “privado” (cônjuge e filhos/as) e ora todos estes elementos juntos (a grande “Família Militar” – militares e seus dependentes). Observa-se que, na Marinha, esta categoria é pouco utilizada pela família e pelos militares, mas é comum ser empregada por parte da instituição o termo “Família Naval” no anseio de recorrer à categoria como “elemento-chave na construção de uma identidade militar” CASTRO (2018, p.12), assim designando o conjunto das famílias dos militares e seus membros.

CASTRO (2018) ao demonstrar a “entronização” de d. Rosa Maria Paulina da Fonseca como Patrona da Família Militar pelo Exército, destaca sua pequena biografia⁵ contida na portaria do Exército Brasileiro, onde se diz que, “mulher de caráter varonil”, “matriarca exemplar” sempre apoiou o marido (Manoel Mendes da Fonseca) “e o acompanhou, itimorata, nos transe da vida, até o seu falecimento”. O texto cita ainda que, após receber a notícia da vitória brasileira na Batalha de Itororó, na Guerra do Paraguai (1868), na qual perdeu um de seus filhos e teve dois outros feridos, afirmara que “hoje é dia de gala pela vitória, amanhã chorarei a morte deles”. CASTRO (2018) reforça que esse ato oficial enfatiza a importância, para a instituição, do “sacrifício” e da “luta” das mulheres de seus integrantes, companheiras e colaboradoras dos maridos ao longo de suas carreiras. Dessa forma, incentiva o sentimento de pertencimento a uma “família”.

Silvia Monnerat, em seus estudos sobre a “família militar”, afirma que as relações de gênero são construídas social e historicamente, fruto de uma incorporação de papéis distintos que homens e mulheres assumem em sociedade (Bourdieu, 1998; Scott, 1989). A partir das

5 Disponível em: < http://www.eb.mil.br/patronos/-/asset_publisher/e1fxWhhfx3Ut/content/olavo-bilac-servico-milit-1?inheritRedirect=false&redirect=http%3A%2F%2Fwww.eb.mil.br%2Fpatronos%3Fp_id%3D101_INSTANCE_e1fxWhhfx3Ut%26p_p_lifecycle%3D0%26p_p_state%3Dnormal%26p_p_mode%3Dview%26p_p_col_id%3Dcolumn-1%26p_p_col_pos%3D2%26p_p_col_count%3D3 > Acesso em: 21 abr. 2021.

obras de Bourdieu (1998) a autora destaca o papel que a família assume no desenvolvimento das relações de gênero: para este autor “a família deve ser considerada como uma instituição de destaque na reprodução da dominação masculina, pois nela se impõe a primeira divisão sexual do trabalho”.

Segundo MONNERAT (2015 e 2018) a bibliografia acerca da “família militar” demonstra o predomínio de uma estrutura familiar baseada em moldes tradicionais, composta privilegiadamente por famílias nucleares. Percebe-se que cabe predominantemente à mulher o cuidado e a resolução dos problemas relacionados à esfera familiar, remetendo a uma possível prevalência referente à existência de uma assimetria nos papéis sociais de gênero relacionados ao cuidado familiar.

Mirian Goldenberg acrescenta que existam dois modelos diferentes, em disputa, sobre ser “mulher de militar”: um que exige a negação da individualidade em função da carreira do marido e outro em que se busca uma maior igualdade e liberdade feminina. Este último pode ser pensado como mais moderno.

Helena Carreiras, por sua vez, afirma que a carreira do militar é assumida como um projeto central de toda a família, e que essas mulheres constituíram, em diferentes momentos e circunstâncias, em função de apoio, “uma verdadeira força logística de suporte, sem a qual, afirmam alguns historiadores, as formações militares não poderiam ter funcionado eficazmente”. (CARREIRAS, 2018) A autora acrescenta, ainda, que não obstante, em todos esses papéis elas são também sistematicamente esquecidas no registro histórico dos conflitos.

Ressalta-se aqui a existência de inúmeros e distintos arranjos familiares, assim como é bem verdade que esses arranjos vêm se alterando e se modificando ao longo dos anos. Não obstante, as autoras percebem essas relações de cuidado inseridas em uma discussão mais ampla sobre gênero e cuidado e não apenas circunscrita ao “universo militar”.

Sabina Frederic, ao compartilhar sua experiência com famílias de militares das Forças Armadas argentinas em missões de paz no Haiti, menciona os modelos de família militar designados por MOSKOS (1977). Temos, em primeiro lugar, o *Modelo Institucional*, que refere-se à profissão baseada na vocação e em valores tradicionais, como sentido de “dever, honra e defesa da pátria”. CARREIRAS (2018) reforça que, neste modelo, a permanência na profissão tem uma natureza simbólica. FREDERIC (2016) sinaliza que entre os principais

fatores apontados pelas pesquisas com militares em missões está a tendência dos militares de residir dentro das bases militares e não dissociar a vida pessoal da vida profissional. MOSKOS acredita ainda, haver um outro modelo, o *Modelo Ocupacional*, que representaria a transição para uma maior autonomia da vida privada em relação à vida militar, com as famílias preferindo ocupar residência fora das bases militares e em casos de emergências contar com outras fontes de apoio para além das institucionais.

Esse tema será melhor explorado ao fim deste estudo, ao analisarmos as respostas dos questionários respondidos por familiares de militares que realizaram missões no Exterior e que são foco do trabalho de assistentes sociais, psicólogos e bacharel em direito por meio do projeto social “Minha Missão”.

Uma assistente social na caserna

O Serviço Social é uma profissão de nível superior, legitimada socialmente, inscrita na divisão social e técnica do trabalho, regulamentada pela Lei nº 8.662, de 07 de junho de 1993, tem sua função social e deve ser capaz de responder às necessidades sociais.

No percurso histórico de desenvolvimento, o Serviço Social se constituiu fundamentalmente enquanto profissão interventiva no processo de produção e reprodução das relações sociais, e “tem na questão social a base de sua fundação enquanto especialização do trabalho” (IAMAMOTO, 1998, P.163).

A Igreja Católica teve importância singular na configuração da identidade que marca a gênese do Serviço Social, sendo responsável pelo início do campo de ação e pelas agências de formação dos primeiros assistentes sociais. Não obstante, no percurso histórico da profissão, verifica-se uma busca pela ruptura com a herança conservadora visando adequar o Serviço Social ao contexto econômico, político e social da sociedade nacional.

Iamamoto (2008) ressalta que historicamente, como respostas político institucionais dadas pelo Serviço Social à questão social, os Assistentes Sociais dedicaram-se à implementação de políticas públicas, localizando-se na linha de frente das relações entre população e instituição, ou, nos termos de Netto (1992), sendo “executores terminais das políticas sociais”. Iamamoto também ressalta que, apesar de ainda ser o perfil predominante, não é mais exclusivo, requerendo dos assistentes sociais novas funções e competências.

Os assistentes sociais estão sendo chamados a atuar na esfera da formulação e avaliação das políticas e do planejamento, gestão e monitoramento, inscritos em equipes multiprofissionais. Ampliam seu espaço ocupacional para atividades relacionadas ao controle social, à implantação e orientação de conselhos de políticas públicas, à capacitação de conselheiros, à elaboração de planos e projetos sociais, ao acompanhamento e avaliação de políticas, programas e projetos (IAMAMOTO, 1998, P.207).

Com isso, segundo FORTI e GUERRA (2010), a formação e a intervenção do assistente social têm sido marcadas por inúmeros dilemas, evidenciando o nível de complexidade que marca o Serviço Social e a consequente necessidade de competência de seus profissionais para enfrentá-la.

Neste cenário apresenta-se então ao assistente social a exigência de maior qualificação para o exercício profissional. SILVA (2000), em seu ensaio sobre “um novo fazer profissional”, nos lembra que as exigências da atualidade para o exercício da profissão passam fundamentalmente por três dimensões descritas na Lei de Diretrizes Curriculares da ABEPSS de 1996: a competência teórico-metodológica, técnico-operativa e ético-política. Requisitos fundamentais que permitem ao profissional colocar-se diante das situações com as quais se defronta. Mais do que nunca é fundamental ao assistente social:

- Apreensão e domínio dos fundamentos históricos, teóricos e metodológicos, pois exercem papel fundamental desde a formação e na atuação profissional, por permitir a apreensão do sentido do trabalho profissional e a compreensão clara da realidade social. Além disso, a postura investigativa subjacente a esta perspectiva permite a sistematização teórica e prática da atuação profissional;
- Compromisso intransigente com a dimensão ético-política da profissão. Dimensão esta, orientada por uma perspectiva que não se resume a uma proposta profissional apenas. Trata-se de um projeto coletivo, profissional e societário de caráter transformador, pautado no reconhecimento da liberdade como valor central, o

compromisso com a autonomia e a emancipação dos sujeitos. Valores estes legitimados pelo Projeto Ético Político do Serviço Social e pelo Código de Ética Profissional dos Assistentes Sociais, fundado nos valores democráticos e na participação política – liberdade, igualdade e justiça social – nos valores de cidadania e na perspectiva de universalização de direitos;

- Capacitação técnica-operativa, que possibilite a criação de estratégias e táticas na perspectiva teórico-prática de um projeto profissional comprometido com os interesses e necessidades dos usuários do Serviço Social. Com a defesa dos direitos sociais, a ampliação da esfera pública e a efetivação de uma cidadania capaz de realizar e impulsionar novos direitos.

O exercício da profissão exige um sujeito profissional que tenha competência para propor, identificar conflitos latentes de interesses diversos, competência para negociar com a instituição os seus projetos, para defender o seu campo de trabalho, suas qualificações e atribuições profissionais. Requer ir além das rotinas institucionais para buscar apreender, no movimento da realidade, as tendências e possibilidades, ali presentes, passíveis de serem apropriadas pelo profissional, desenvolvidas e transformadas em projetos de trabalho.

Protoformas da Política de Assistência Social na Marinha do Brasil

Segundo informações colhidas no site do *Abrigo do Marinheiro*⁶, a primeira iniciativa de caráter social no âmbito da Marinha deu-se em 1919, no Rio de Janeiro, quando militares da Marinha (oficiais) se uniram ao Abade do Mosteiro de São Bento com o objetivo de assistir as dificuldades dos militares e seus familiares após a Primeira Guerra Mundial.

Ao longo dos anos que se sucederam, surgiram outras iniciativas filantrópicas buscando amenizar vulnerabilidades desses trabalhadores específicos, como a ação denominada *Obra do Berço* em 1945. Iniciativa de um grupo de esposas e filhas de oficiais da Marinha, também no Rio de Janeiro, que após a Segunda Guerra Mundial confeccionavam

6 A Associação Abrigo do Marinheiro (AMN) foi criada em 1919 e é hoje classificada como uma *Associação sem fins lucrativos* que através de convênios e trabalho voluntário se propõe a promover qualidade de vida aos militares da Marinha e seus familiares.

enxovais a serem doados aos filhos recém-nascidos de cabos e marinheiros.

Segundo a *Revista Âncora Social* N.8 (2015) em 1968, por meio do Decreto nº. 62.860, foi criada a Diretoria de Assistência Social da Marinha (DASM), que passou a ser a Organização Militar normativa e de supervisão das ações da Assistência Social prestada aos militares da Força e seus familiares.

A Política de Assistência Social na Marinha

A Diretoria de Assistência Social da Marinha (DASM), hoje é subordinada à Diretoria Geral de Pessoal e possui 39 Órgãos de Execução no território nacional, entre eles Núcleos de Assistência Social e sete Serviços de Assistência Social Hospitalar.

Chamada de Política de Assistência Social da Marinha do Brasil, o conjunto de Programas Sociais executados pelas Organizações Militares (OM) demonstra o objetivo de Proteção Social de seus membros, articulada entre as áreas técnicas de Serviço Social, Psicologia e Direito. Essa política institucional é voltada à *garantia de direitos e de condições dignas de vida* da chamada “*Família Naval*”⁷, e sua atuação é focada na prevenção.

O financiamento desta Política se dá de forma contributiva, uma vez que o Fundo de Saúde da Marinha (FUSMA), destinado a *complementar o custeio da Assistência Médico-Hospitalar e Social prestada pela Marinha* é oriundo de contribuições mensais obrigatórias dos militares, da ativa e na inatividade, e dos pensionistas dos militares. Com isso, a partir das contribuições de COUTINHO (1998) afirma-se que o público-alvo da Política de Assistência Social da Marinha se restringe aos membros de sua Força, não abrangendo ações voltadas à sociedade civil. Não obstante, os espaços físicos da caserna em algumas ocasiões são utilizados por Programas Governamentais voltados à adolescentes em contraturno escolar ou atividades voltadas ao envelhecimento saudável, assim como ações pontuais e sazonais são realizadas com vistas a incentivar os militares e familiares à doação de gêneros alimentícios, material de higiene ou brinquedos a serem entregues em comunidades circunvizinhas.

Os projetos sociais e ações implementados pelos Núcleos de Assistência Social,

7 É comum ser utilizado por parte da instituição o termo “Família Naval” no anseios de utilizar a categoria como “elemento-chave na construção de uma identidade militar” (CASTRO (201, p.12), assim designando o conjunto das famílias dos militares e seus membros.

decorrem dos programas preestabelecidos pela DASM, o que JANNUZZI (2011) caracteriza como padronizados, e sinaliza a necessidade de customização conforme a realidade de cada estado da Federação, por exemplo. Um mesmo projeto não pode ser reproduzido igualmente no Rio Grande do Sul como em capitâneas próximas às comunidades ribeirinhas do Amazonas, frente a complexidade do objeto de estudo e intervenção.

O(a) Oficial Assistente Social deve desempenhar suas ações baseado(a) nas legislações profissionais, como Código de Ética do Assistente Social e Lei de Regulamentação da Profissão assim como nas diretrizes específicas do Comando da Marinha, como a DGPM 501, norma que estabelece os procedimentos relacionados à gestão dos Programas de Assistência Social na Marinha.

Como em outras instituições, nas Forças Armadas o exercício profissional não é dotado de completa autonomia, pois os objetivos profissionais esbarram nos objetivos institucionais. Iamamoto (2008) afirma que a força de trabalho necessita de meios ou instrumentos de trabalho e que, portanto, o assistente social possui relativa autonomia teórica e técnica, uma vez que os meios e recursos para a efetivação do trabalho não são de sua propriedade, mas sim da instituição empregadora, seja ela pública ou privada.

É no limite dessas condições que se materializa a autonomia do profissional na condução de suas ações. O assistente social preserva uma relativa independência na definição de prioridades e das formas de execução de seu trabalho, sendo o controle exercido sobre sua atividade distinto daquela a que é submetido, por exemplo, um operário na linha de produção. (Iamamoto 2008, p.97).

A atuação do assistente social na Marinha muito se aproxima do desempenhado dentro das empresas, com algumas particularidades próprias deste contexto. Se por um lado a demanda institucional é manter o *Status Quo*, manter a ordem institucional, manter o trabalhador saudável para desenvolver bem o seu trabalho, por outro lado a demanda dos usuários é ter seus direitos atendidos, a busca pelo seu bem-estar e sobrevivência digna, assim como de sua família. Essa atuação também se aproxima das instituições públicas quanto à burocratização dos serviços e pelo fato de o assistente social ser também gestor de recursos públicos.

O assistente social da rede pública em sua práxis enfrenta várias dificuldades, porém um elemento peculiar nelas é a burocracia. Em tese, todo cidadão tem direito ao serviço público de qualidade, porém há dificuldades e precariedade neste serviço resultante de aspectos econômicos, políticos, sociais e culturais deste sistema. (SANTOS, 2010)

Percebe-se haver uma precarização dos contratos de trabalho dos assistentes sociais na MB, quando analisada uma maior oferta de vagas disponibilizadas para o Corpo de Oficiais da Reserva da Marinha, através do Serviço Militar Voluntário (temporário), em relação ao Quadro Técnico do Corpo Auxiliar (oficiais de carreira). Por ano, em média são disponibilizadas cerca de 15 vagas para assistentes sociais temporários e entre uma a duas vagas para o quadro de oficiais de carreira. Os oficiais temporários, ao adentrarem a instituição militar, através de concursos públicos descentralizados nos Distritos Navais (regiões), permanecem por três meses de treinamento militar, enquanto os oficiais de carreira, selecionados também por concurso público dessa vez a nível nacional, perfazem um ano de treinamento militar. Percebe-se que, de modo sutil, estabelece-se uma superioridade simbólica do profissional de carreira em relação ao profissional temporário, ainda que ocupem a mesma função, recebam a mesma remuneração e estejam lotados no mesmo setor.

O oficial temporário geralmente é tido como “apaisanado”, por ainda manter aspectos da vida civil e por estar em continuada formação acadêmica e preocupado com o futuro profissional e social após o término do vínculo com a instituição militar. A precedência pela contratação do profissional temporário caracteriza para com os usuários uma atuação descontínua dos programas desenvolvidos. Por outro ângulo, essa forma de inserção apresenta-se prejudicial ao profissional, uma vez que não é regulamentado pela CLT. Assim o profissional não realiza contribuição ao Regime Nacional de Previdência Social durante o período em que está ligado à instituição militar e após oito anos de serviços prestados o mesmo é desligado, e vê-se desempregado e com um déficit de contribuição por pelo menos oito anos. Esse quadro reflete também o fato de uma quantidade ínfima de oficiais da área da assistência social chegarem aos postos de comando, impactando fortemente o poder de negociação e decisão.

Outro ponto a ser observado diz respeito à sobrecarga de trabalho desses profissionais, de modo geral, por assumirem uma dupla função, quanto ao cumprimento das atribuições

técnicas como assistente social e também como militar. Diante disso, percebe-se uma dificuldade do assistente social em cumprir planejamentos, cronogramas e projetos, assim como em realizar estudos sociais, confeccionar relatórios e pareceres técnicos com profundidade e agilidade, pois como militar ele está inserido em diversas comissões relativas ao seu posto hierárquico de tenente: plantões de serviço armado, formaturas, treinamentos de tiro, prestação de contas, comissões de organização de eventos, sindicâncias, fiscalização de contratos e etc. As atividades “militares” requerem muito tempo fora do espaço de trabalho do Serviço Social, o que prejudica o atendimento às demandas dos usuários, elaboração de estudos e proposição de projetos.

A partir desta dupla função o assistente social que atua em instituições militares é vedado de usufruir da carga horária de trabalho de 30 horas semanais, conforme prevê a Lei 12.317/2010, para esta classe profissional.

Ressalta-se que paralelamente à criação dos dois quadros para inserção de profissionais técnicos e a existência de uma Diretoria com o objetivo de normatizar teórico-metodologicamente as ações da Assistência Social em nível nacional, a tradição naval mantém um setor de estímulo ao trabalho voluntário através do departamento *Voluntárias Cisne Branco*, alocado na Associação *Abrigo do Marinheiro*. O recurso que subsidia as ações e projetos sociais realizados pelo AMN são provenientes das entidades consignatárias, acordos, parcerias, eventos beneficentes e doações. O cargo de Diretoria do Departamento é tradicionalmente ocupado pela esposa do Comandante da Marinha em exercício e as voluntárias são em geral as esposas e filhas dos oficiais gerais (Almirantes). Sua funcionalidade se assemelha ao Grupo Serviço de Assistência Social da AMAN (SASAMAN), também composto por esposas de militares e presidido pela esposa do Comandante da Academia, com o objetivo de promover integração entre a “Família verde-oliva” e “ajudar famílias carentes da região de Resende”.

Sobre isso, JANNUZZI (2011) afirma que a formulação de políticas configura-se como um processo que envolve a interação de muitos agentes, com interesses diversos, e é repleto de avanços e retrocessos.

O Núcleo de Assistência Social do Comando em Chefe da Esquadra atende os militares e familiares de militares que servem no Complexo Naval da Ilha de Mocanguê, em Niterói, onde está localizada a sede da Armada brasileira, o que compreende cerca de 51 OM

atendidas e um público de vinte mil potenciais usuários. Seu espaço físico localiza-se na base da ponte Presidente Costa e Silva (Rio-Niterói). A equipe técnica é composta por cinco assistentes sociais, duas psicólogas e um bacharel em direito, que realizam atendimentos individuais diariamente, coordenam e executam projetos sociais com base nos Programas previstos na DGPM-501. Os atendimentos são voluntários e realizados por meio de agendamento.

Um Projeto de Intervenção Social

O universo das Missões Especiais é composto, por sua natureza, por fatores como: confinamento, trabalhos em turnos, afastamento da família por longo período de tempo, grande distância geográfica em ambientes e culturas singulares, ora em regiões de conflito, ora em locais cujo clima é inóspito e tantas outras exigências profissionais.

Essas questões características das Missões Operativas são trabalhadas de forma preventiva com o militar e seus familiares, sob perspectiva técnica dos profissionais da Assistência Social, com o intuito de minimizar os reveses de situações sociais, psicológicas e jurídicas, entendendo que essas situações interferem tanto na vida do militar, como também na de seus familiares.

Diante dessa realidade, a *Norma sobre a Assistência Social* (DGPM-501/7ª Revisão)⁸ prevê o *Programa de Atendimento em Missões*, que, por meio de atividades socioeducativas, oferece informação e recursos para que o militar e sua família acessem serviços disponíveis, identifiquem os estímulos estressores e reflitam sobre a adoção de estratégias de enfrentamento das dificuldades. As atividades do Programa são realizadas em três etapas: preparação, apoio e desmobilização.

O trabalho de *preparação* se inicia no período que antecede a missão. Nesta fase, reúnem-se os militares e seus familiares para a realização de entrevistas de orientação psicossocial, com o objetivo de fornecer elementos para uma reflexão sobre as questões inerentes ao afastamento do militar de seu ambiente social por um período determinado de tempo. Busca-se também prevenir contratempos, bem como verificar a existência de rede de apoio familiar. Algumas reflexões são centrais nesse momento, tais como: documentação necessária para que a família possa resolver questões importantes (banco, IPTU, Imposto de

8 Disponível em <https://www.marinha.mil.br/publicacoes-reserva>

renda, questões junto ao DETRAN, dentre outros), orientações sobre situações de óbito e direito ao luto, questões relativas a dependência/uso abusivo de álcool e outras drogas, estresse pós-traumático, formas de lidar com a saudade, o uso das redes sociais como facilitador da convivência ou como ferramenta de risco, vivências e situações relacionadas aos filhos (crianças ou adolescentes), educação e planejamento financeiro, entre outros temas. A reunião de orientação psicossocial é conduzida pelos profissionais dos Núcleos de Assistência Social (NAS), e apesar de não possuir caráter seletivo, esse trabalho perfaz uma das etapas exigidas no processo de habilitação do militar para a missão; logo, não possui caráter voluntário ou opcional e pode ocorrer separadamente com cada família ou em grupo.

Um dos pontos abordados na reunião de orientação é sobre a importância de uma comunicação clara e eficaz. FREDERIC (2016), ao escrever sobre a experiência das Forças Armadas argentinas com o envio de contingentes à MINUSTAH (Missão das Nações Unidas para a Estabilização do Haiti), relata que psiquiatras e psicólogos recomendam a manutenção de uma boa comunicação entre os integrantes de cada família. Nesse sentido, a clareza para transmitir informações como a data da partida, os riscos e as atividades a serem realizadas durante a missão, as reais possibilidades de comunicação e mesmo as incertezas quanto aos retornos são os principais fatores para sustentar a tranquilidade recíproca do militar e de seus familiares. FREDERIC insiste na necessidade de os militares explicitarem aos seus familiares que, embora haja datas específicas de regresso agendadas, inconvenientes e imprevistos que surjam no caminho podem alterar seus retornos.

A autora salienta que, para evitar angústias e sofrimentos familiares desnecessários, é imprescindível “ter tudo discutido com antecedência” e ser claro ao considerar as incertezas e imprevistos. A autora relaciona situações de sofrimento familiar em questões mal compreendidas, associadas a comunicação ruim ou deficiente, transmissão inadequada de notícias, por exemplo por imprecisão, exagero ou falta de informação ou clareza, o que pode causar preocupação excessiva tanto para quem está na missão como para a família residente na Argentina. FREDERIC (2016) sinaliza também que a ideia de que distâncias e ausências prolongadas geram novos problemas, maximizando os existentes e aguçando a percepção de sua gravidade.

Ainda sobre a importância da comunicação clara numa situação de missão de paz, FREDERIC (2016) sinaliza questões importantes na decisão sobre o tempo, o conteúdo e a

forma como as informações podem ser transitadas. Ela afirma ser uma questão multidimensional e ajustada ao panorama real vivido (quando dizer), bem como ao conteúdo das mensagens (o que notificar), e à forma e tom com que a informação é transmitida (como informar), tanto para os que vão para a missão, como para os que ficam em seu país de origem à espera dos seus queridos. Então, por exemplo, é importante gerir e priorizar, nessas ocasiões, as informações a serem compartilhadas com a família que está distante. Segundo a mesma autora, uma modulação correta no ato de comunicar resulta em conhecimentos estratégicos e habilidades relevantes a serem aprendidas por toda a família (claro, que de forma diferenciada) para o seu bem estar como uma colaboração para a realização da missão de paz.

FREDERIC (2016) afirma sobre a experiência das Forças Armadas argentinas, que os membros dos primeiros contingentes enviados ao Haiti tiveram muita dificuldade para se comunicar. Conta que no início não tinham comunicação telefônica, muito menos internet, até o fim da missão, quando foi instalado uma cabine telefônica para uso de 450 integrantes. Posteriormente, os contingentes tiveram acesso à Internet, o que facilitou a comunicação. Os últimos contingentes tinham mais recursos, além de mais tecnologia à disposição, foram acrescentados telefones celulares e computadores pessoais. Entre os dispositivos mais usados para se comunicar com os familiares e amigos estão as ligações, Skype, WhatsApp e Facebook.

Na experiência brasileira do Projeto “Minha Missão”, na ocasião da entrevista de preparação ocorre ainda o preenchimento de uma Ficha Cadastro do Programa de Atendimento em Missões, onde se obtém informações importantes sobre a família, como composição familiar, endereço, dados para contato, dentre outros. Os familiares também são orientados sobre os Projetos realizados pelo NAS, assim como a disponibilidade para atendimento em Serviço Social, Psicologia e Orientação Jurídica, sobretudo no período de ausência do militar, e são informados os contatos para acesso a outros serviços como Capelania, setores do âmbito da Saúde, Serviço de Apoio Funerário, dentre outros.

Durante o período de afastamento do militar, ocorre o trabalho de *apoio* aos familiares e o “NAS Itinerante”. O apoio pode ser realizado através de estratégias que vão desde o contato telefônico com os familiares à realização de atividades periódicas grupais para fortalecimento de vínculos entre as famílias. Em casos que exijam tal abordagem, são

realizados, também atendimentos individuais e acompanhamentos específicos com disponibilidade de todas as assistências disponíveis no NAS. Para realizar o “NAS Itinerante”, a equipe da Assistência Social apoia a tripulação no local da missão por aproximadamente uma semana, com intuito de realizar um trabalho preventivo por meio de palestras socioeducativas e técnicas de dinâmica de grupo, além do atendimento individual nas áreas de Serviço Social e Psicologia.

Ao fim da missão, quando os militares regressam ao seu local de trabalho de origem, ocorre a fase de desmobilização, na qual é realizada a avaliação das atividades desenvolvidas anteriormente, bem como o impacto psicossocial da vivência da missão tanto para o militar quanto para suas famílias. Além disso, são transmitidas novas orientações e realizados os encaminhamentos que se fizerem necessários, visto as demandas identificadas. Esta etapa constitui-se de uma reunião com o grupo, objetivando a reflexão acerca das orientações e providências da entrevista de preparação e aplicação de questionário dirigido para fins de verificação dos resultados alcançados e das dificuldades apresentadas.

Minha Missão UNIFIL: um projeto de intervenção junto à familiares e militares que compõem a tripulação da Força Interina das Nações Unidas no Líbano.

Em 1978 foi criada a Força Interina das Nações Unidas no Líbano (UNIFIL) devido aos conflitos deflagrados na fronteira entre o Líbano e Israel. Em 2006, em atendimento à solicitação do Governo libanês, foi criada a Força Tarefa Marítima (FTM), com os objetivos de apoiar o treinamento da Lebanese Armed Forces – Navy (LAF-N – Marinha de Guerra Libanesa), garantir a soberania do Líbano em suas águas territoriais e evitar o ingresso ilegal de armas ou materiais correlatos no país.

A FTM foi a primeira Força-Tarefa Naval a participar de uma Operação de Manutenção de Paz da ONU. A sua ativação, após o conflito de julho a agosto de 2006, foi um marco histórico que levou Israel a suspender o bloqueio naval imposto ao Líbano. Essa Força-Tarefa, à época Interina, foi comandada inicialmente pela Alemanha.

Em cinco anos, a FTM teve quatro países revezando-se no Comando: Alemanha (duas vezes), Itália (três vezes), França e Bélgica. Entre agosto de 2010 e fevereiro de 2011, o

Comando da FTM permaneceu vago, até ser assumido pelo Brasil que, desde então, exerceu o Comando da Força de forma ininterrupta, até sua desmobilização em dezembro de 2020.

Em outubro de 2011, o Brasil passa a compor a UNIFIL com o envio da Fragata União. Esta missão caracterizou-se por possuir um longo período de duração. Cada navio brasileiro permanecera na área de operações por cerca de seis a nove meses, intercalando uma média de dez dias de patrulha marítima com períodos de três dias de descanso e eventuais reparos no porto de Beirute. Os militares brasileiros permaneciam a bordo do navio e, nos períodos em que estavam no porto, sua liberdade era determinada pelo nível de segurança oferecido pela cidade. Especialmente em sua última missão, houve grande restrição de circulação face às medidas de prevenção ao contágio do COVID-19 e, mais tarde, devido à destruição do porto de Beirute em razão da explosão ocorrida em 4 de agosto de 2020.

Em 4 de dezembro de 2012, a equipe do NAS ComemCh realizou a bordo da Fragata União uma pesquisa de campo, com 73 militares da tripulação que realizaram a comissão denominada de “Líbano I”. Esta atividade teve como objetivo identificar as demandas psicossociais enfrentadas pelos militares e seus familiares durante a missão. Na análise da pesquisa, observou-se que a maior dificuldade descrita pelos militares referia-se à falta de planejamento: 42% afirmaram ter preparado documentos para deixar com a família; 28% providenciaram ajustes na rotina familiar e cerca de 30% da amostra não realizou nenhum tipo de planejamento. Os militares relatavam pouco tempo disponível para o planejamento (62%) e falta de informação adequada sobre a missão (64%). Foram relatados problemas de saúde de familiares, questões conjugais, falecimentos e dificuldades de comunicação com os familiares. Como esta foi a primeira tripulação a ser enviada, era presente o desconhecimento da realidade do Líbano e o medo da região em conflito, o que fazia muitos militares procurarem o NAS para manifestar o não desejo de realizar a missão e solicitar o desembarque do navio; não obstante, o trabalho realizado pelo NAS junto às tripulações da UNIFIL nunca teve caráter de seleção.

A partir dessas observações e subsidiado pela inclusão da FTM-UNIFIL como Missão Especial pela DGPM-501/5ª Revisão, o NAS ComemCh estruturou o Projeto que foi denominado de “Minha Missão”, prevendo as atividades de preparação, acompanhamento e avaliação.

Em 2012, a partir da UNIFIL II, com o envio da Fragata Liberal, teve início a atuação do NAS ComemCh por meio das atividades de preparação, de forma sucinta, ainda sem a presença dos familiares e com baixa participação: 81% dos usuários consultados afirmaram não ter participado da atividade de preparação. Os militares, na época, manifestavam uma avaliação negativa sobre o suporte oferecido pelo NAS, justificavam suas avaliações solicitando apoio mais efetivo junto às suas famílias durante o período da missão, como a participação dos familiares na etapa de preparação e mais informações sobre a missão UNIFIL, sobre os serviços do NAS e por fim, 10% dos militares ouvidos solicitavam apoio psicológico no local da missão.

Ainda em 2012, foi realizado o primeiro “NAS Itinerante”, com uma assistente social e uma psicóloga compondo o Voo de Manutenção, com vistas a realizar o atendimento dos militares *in loco*. Os relatos das profissionais que compuseram esta equipe precursora reforçam a importância desta experiência para o aperfeiçoamento das “preparações” que viriam a seguir. Ressaltou-se a importância de vivenciar a experiência que os militares em missões passam, o que fez as profissionais compreenderem de forma mais clara a realidade vivida e buscar mais informações e estratégias para subsidiar o trabalho.

O NAS Itinerante teve o propósito de identificar e trabalhar os aspectos sociais, psicológicos e jurídicos que pudessem impactar negativamente as atividades desenvolvidas pelo militar na missão, auxiliando o navio no cumprimento dos objetivos previstos pela Força Tarefa Marítima. Ao todo, a equipe do NAS ComemCh revezou-se em quinze voos de manutenção até a data da desmobilização.

Com o passar dos anos e o avanço da tecnologia, o planejamento do trabalho realizado pela equipe da assistência social *in loco* passou a ser baseado no diagnóstico situacional. Para tanto, no período que antecedia cada viagem do Voo de Manutenção (praticamente ao meio do período total da missão) era disponibilizada uma pesquisa on-line para 100% da tripulação, visando o levantamento de dados para identificar as demandas do navio. A referida pesquisa utilizava técnicas qualitativas e quantitativas na coleta e análise dos dados, por meio da aplicação de um questionário semiestruturado e não identificado. Dentre os aspectos abordados, destacavam-se o nível de satisfação no trabalho, mudanças de comportamento apresentadas durante a comissão e recursos utilizados para lidar com tais alterações comportamentais. Neste sentido, a equipe utilizava os dados da pesquisa para o planejamento

das atividades preventivas de suporte psicossocial, desenvolvendo palestras e atendimentos individuais.

As equipes, compostas por uma Assistente Social e uma Psicóloga, realizavam a viagem até o Líbano em voo comercial, e durante um período de aproximadamente sete dias permaneceram *in loco* atendendo os militares do navio brasileiro, pernoitavam em um hotel e cumpriam o expediente no navio, das 8h às 17h, ou de acordo com a rotina de bordo e disponibilidade da tripulação.



Figura 1: Equipe do voo logístico (dentre eles uma psicóloga e uma assistente social) formados no convés da Corveta Barroso, navio brasileiro atracada no porto de Beirute no Líbano. No momento da foto a equipe recebia os agradecimentos do comandante do navio pelo serviço prestado à tripulação durante o período de "manutenção" (2017).

Tive a oportunidade de participar do nono NAS Itinerante, chegando a Beirute em novembro de 2017. Nessa ocasião, em específico, passamos todas as noites no hotel, exceto uma em que, por nossa segurança, foi necessário dormirmos no navio. Na ocasião o Primeiro-Ministro Libanês, Saad Hariri, havia renunciado ao cargo, citando ameaças contra sua vida por parte do grupo Hezbollah. Em um dos nossos dias de atuação técnica estaria previsto um evento cívico na cidade, e havia uma expectativa de possível ataque terrorista. Nessa época, mulheres não embarcavam em navios ou meios operativos na Marinha brasileira, logo não havia banheiros nem camarotes disponibilizados para tal; tivemos que dormir nas macas da enfermaria. Esse pernoite, de certa forma, estreitou nossa relação com a tripulação de uma forma geral. Ficamos até muito tarde ouvindo os militares contar-nos suas experiências até o momento na missão, nos mostravam fotos da família, mas principalmente nos apresentavam convincentemente cada “good”⁹ que haviam comprado durante a viagem, o que nos forneceu

9 Good – É comum em viagens com portos internacionais os militares fazerem muitas aquisições de objetos, roupas, eletrônicos, perfumes, etc. No meio militar comumente chama-se essas compras de “good”, a moeda estrangeira é designada como “dinheirinho” (ex. “essa camisa custou cento e

elementos para a palestra sobre planejamento financeiro que foi proferida no dia seguinte.

O trabalho no NAS Itinerante era iniciado com uma reunião com o Imediato/Comandante do navio e, posteriormente, com os demais Oficiais para apresentação dos resultados do Levantamento Psicossocial e da proposta de trabalho. Em seguida, as profissionais visitavam as instalações do navio visando estabelecer vínculos com a tripulação e levantamento de suas necessidades. A visita permitia, ainda, traçar um paralelo dos dados da pesquisa com os dados da realidade, subsidiando a identificação das reais demandas dos militares e o aprimoramento das atividades a serem realizadas com os mesmos. Além disso, elas possibilitavam o início de demandas voluntárias por atendimentos individuais.

A presença de profissionais da área das ciências sociais a bordo de um meio operativo não se dá de forma harmoniosa e fluída. Comumente no primeiro dia é manifestado estranhamento e desconfiança. Como LEINER (2009) bem observou em 1992 sobre os pesquisadores nas instituições militares e depois afirmou “que se estende até os dias de hoje”, esse é um lugar que não nos é dado, é preciso ser negociado, e reforçada a cada instante a competência técnica e a importância do trabalho a ser realizado.

LEINER (2009, p.38) sobre as noções indexadas à guerra:

Fica claro (...) que eles enxergam a “universidade” como uma espécie de espelho hierárquico e disciplinado. A universidade seria como um exército; o conhecimento, como a disciplina; a ciência como estratégia (...)

E o profissional das ciências sociais atua “na ponta da lança, como um agente duplo que é ao mesmo tempo informante e propagador de ideias”. Nessa trama percebe-se mensagens subliminares de muitas tensões, dentre elas que “navio não é lugar de mulher”.

Outro fator de desconfiança ligava-se ao fato de sermos enviadas pelo Comando em Chefe da Esquadra, organicamente superior ao comando do navio. Esse fator criava a obrigação de nos receberem e proporcionar as condições de trabalho – ainda que nos

trinta dinheirinhos”) e próximo ao fim da viagem os tripulantes do navio realizam o que é chamado de “feira do good arrependido”, onde os militares colocam à venda os objetos frutos de compras por impulso, e que eles se arrependeram de terem feito, no anseio que outro “campanha” se interesse em arrematá-lo. O “good” e as compras por impulso e/ou por motivações de compensação emocional são objetos de intervenção do assistente social e do psicólogo no NAS Itinerante.

primeiros dias tivéssemos que ser a todo tempo acompanhadas por um oficial no navio durante as atividades – e a desconfiança de ora estarmos “espionando” para levar as disfunções a instâncias superiores, ora pelo fato de os profissionais das ciências sociais e da psicologia em instituições militares comumente serem caracterizados por “passarem a mão na cabeça”, no sentido de defender, proteger as vulnerabilidades dos militares; o que fere o *ethos* da rigidez e da fibra do mundo militar.

Além dos atendimentos sociais, a equipe realizava palestras de acordo com as demandas apresentadas no questionário aplicado. As maiores demandas giravam em torno do Gerenciamento do Estresse e Alcoolismo; Trabalho em Equipe e Liderança; Infecções Sexualmente Transmissíveis e Educação Financeira.



Figura 2: Assistente Social proferindo palestra sobre planejamento financeiro a bordo de navio brasileiro atracado no porto de Beirute no Líbano (2017).

A reunião de retorno portava extrema importância por fornecer subsídios para as preparações dos navios seguintes, não obstante era comum haver um revezamento na tripulação, ou seja, muitos militares desembarcavam para outras OM ao fim da missão, o que tornava difícil reunir toda a tripulação novamente para avaliação do trabalho realizado.

Segundo FREDERIC (2016) as psicólogas argentinas que atuavam no apoio aos militares dos contingentes enviados ao Haiti também relatam o mesmo fator observado na

experiência da UNIFIL pela Marinha brasileira, que é a dificuldade de dar continuidade ao trabalho após o retorno do contingente, uma vez que os militares são redistribuídos para outras funções, Organizações Militares ou localidades.

Foi possível observar, nas entrevistas de retorno da experiência brasileira, a prevalência de alguns relatos negativos sobre a rotina de bordo que evidenciaram algumas reflexões sobre um cotidiano exaustivo. Muitos militares e familiares também salientam a necessidade de um tempo para readaptação ao núcleo familiar ao término da missão, pois nesse período ocorrem muitas mudanças tanto para o militar como no ambiente familiar que ele deixou. Essa demanda surge por não ser incomum um navio chegar de uma missão longa e “emendar” em outra.

Um exemplo ocorreu em novembro de 2019, na ocasião do vazamento de óleo na costa brasileira, ocasião em que todos os navios da Esquadra foram direcionados para fazer a limpeza das áreas afetadas. Todos os meios em funcionamento foram incluídos, desde os que estavam chegando de missão, até os que estavam com outras previstas para iniciar. Esse exemplo demandou muito do Núcleo de Assistência Social, uma vez que o “suspender” ocorreu de imediato, os militares tiveram menos de uma semana para se prepararem e não havia data para retorno, o que gerou angústias e problemas diversos em uma tripulação de aproximadamente 12 mil usuários.

Não é incomum ouvir que a esposa se tornou mais independente, os filhos amadureceram e o militar que retorna, por vezes, precisa lidar com questões decorrentes do nível de estresse vivenciado, tais como: aumento no consumo de bebida alcoólica, compulsões ou questões ligadas a saúde emocional/mental.

FREDERIC (2016) destaca outro problema gerado pela distância e pelo afastamento prolongado que aparece também no momento do tão esperado retorno do militar ao seu núcleo familiar, especialmente no reencontro e na reinserção do militar na dinâmica familiar cotidiana. Sobre esse assunto, a autora relata o caso de um entrevistado que foi “duro” (difícil) retornar e perceber que sua filha (que tinha dois meses de vida no momento de partir para a missão) não o reconhecia e esperava que ele fosse embora da casa. Da mesma forma, outro militar recordou que após retornar de um longo período de ausência, um de seus filhos, enquanto desfrutavam de uma refeição em família, perguntou a sua mãe o que iam fazer com “el señor” (“o senhor” – se referindo a ele) que os “visitava” já fazia uns dias. De modo que,

apesar de apresentar uma dinâmica familiar própria, conforme foram educados e acostumados a suportar as diversas viagens e faltas exigidas pela trajetória militar, os seis meses de duração da missão de paz são referidos como uma situação nova ou pelo menos diferente das experiências profissionais anteriores. Essa parece ser uma situação crítica também para a família dos militares brasileiros.

Em uma das reuniões de retorno do Projeto “Minha Missão”, foi levantada a sugestão da promoção de atividades socioculturais como estímulo de motivação, relaxamento, administração e controle do estresse e/ou ansiedade, fortalecimento dos relacionamentos interpessoais e desenvolvimento de inteligência emocional. A sugestão foi apresentada ao comando, que passou a estimular diversas atividades a bordo desde aulas de inglês, karatê, treinamento funcional, torneio de futebol a momentos de descontração. Outra estratégia muito utilizada para a promoção de motivação e bem-estar da tripulação é a aquisição e fornecimento de gêneros alimentícios tipicamente brasileiros (e que não comercializados em portos estrangeiros) durante todo o período da missão.

A partir das reflexões de JANUZZI (2011), a fase de retorno é de extrema importância e funciona, como a 5ª fase do *Policy Cycle*, com vistas a *verificar se é preciso realizar mudanças, (...) ou adaptá-lo a uma nova realidade* com a participação dos usuários na formulação de novas abordagens para o projeto.

Diante desse cenário percebe-se o quanto as intervenções da Assistência Social no contexto da UNIFIL contribuíram para avaliar questões e propor novas estratégias e ações para melhoria da qualidade de vida dos militares envolvidos e suas famílias. O trabalho realizado mostrou um grande potencial na preparação dos militares e no suporte psicossocial aos familiares, bem como tem servido como referência para outras Missões Especiais.

A Experiência das Forças Armadas argentinas no envio de contingentes à MINUSTAH (Missão das Nações Unidas para a estabilização no Haiti)

Sabina Frederic (2016) diz que, quando solicitado aos militares argentinos que relatassem sobre a experiência profissional e pessoal vivenciada no Haiti, a questão familiar

foi um dos aspectos mais destacados pelos militares. Mencionaram enfaticamente que se esta parte de suas vidas não estivesse em ordem, contida e cuidada, seria muito difícil manter um desempenho adequado que uma missão de paz requer do *peacekeeper* ou “capacetes azuis”, como são chamados. Assim, a relação entre os familiares e o impacto emocional na missão tornou-se um tema central acerca de Missões de paz, afirma a autora.

Na Argentina, em semelhança à experiência brasileira, houve uma resposta institucional a partir de setores psicossociais, logo após um determinado contingente mostrar a necessidade de se oferecer apoio às famílias dos militares em missão. Na experiência Argentina as atividades semelhantes às desenvolvidas pelo Projeto Social “Minha Missão” realizado na Esquadra brasileira, foi incorporado ao *Centro Argentino de Entrenamiento Conjunto para Operaciones de Paz (CAECOPAZ)* na introdução de um trabalho que visa a preparação emocional do militar que vai para a missão e para o familiar que fica, com vistas a “reduzir os riscos de estresse”. O trabalho é feito a partir de aplicação de testes psicológicos, por profissionais habilitados e segue com rigor os padrões estabelecidos pela *Integrated Training Service (ITS)*¹⁰ no trabalho de preparação emocional.

Psicólogas argentinas relatam que nesse trabalho, através da aplicação do “*test psicológico para ida em comisiones de paz*” costumam detectar militares que não são realmente voluntários para a missão, mas que estão indo por obrigação (por ordem); como também realizam a aplicação de um teste de personalidade; e no retorno aplica-se o “*test psicológico para retorno del exterior*” e a partir de sua aplicação foi possível detectar casos de militares que necessitavam de acompanhamento psicológico para tratamento de estresse pós traumático. Em particular, Sabina Federic relata que isso ocorreu com grande incidência na ocasião do contingente que presenciou o terremoto no Haiti em 2010, e que além da situação extrema provocada pelo terremoto, teve seu retorno postergado por noventa dias. Este fator, por outro lado, produziu uma mudança significativa quando se decidiu ao nível superior incorporar um psicólogo militar, designado para o apoio permanente nos contingentes que viriam a seguir.

10 ITS - é a entidade da Organização das Nações Unidas (ONU) responsável por coordenar os cursos e padronizar os conteúdos necessários a serem ministrados por cada país participante das missões.

FREDERIC (2016) menciona que além da vontade de participar de uma missão de paz, os militares argentinos devem relatar sobre suas situações familiares a fim de antecipar ou evitar possíveis problemas no futuro. Em particular, devem relatar sobre a saúde de seus familiares e sobre a existência de conflitos relacionados a estes. O não fornecimento honesto dessas informações pode acarretar a sua repatriação ou sanções disciplinares e consequências futuras para a carreira do militar.

Semelhantemente à experiência brasileira, parte das ações de preparação pré-comissão consiste em previsões e antecipações de problemas que podem vir a ocorrer, sendo necessária a elaboração e articulação de um plano de fortalecimento de redes de apoio, ajuda e recursos humanos (família, amigos e colegas de trabalho) que estejam disponíveis aos seus familiares no caso de uma necessidade ou emergência.

FREDERIC (2016) menciona a situação descrita por Helena Carreiras (2015) sobre os *peacekeepers* portugueses enviados à Bosnia, em Kosovo e no Timor Oriental. Também em Portugal, os militares concebiam suas famílias como peças-chaves para o bom desempenho profissional. No entanto, Carreiras demonstra que esse papel ocupado pelas famílias era invisível às Forças Armadas de seu país, mesmo diante de sucessivos desdobramentos desse tipo de missão. Assim, o apoio emocional dos que ficam, afirma Carreiras, é resolvido por laços informais entre familiares, amigos e vizinhos.

CARREIRAS (2015) complementa sobre os militares portugueses, afirmando que mesmo que houvesse por parte da instituição uma cobertura ou fornecimento de apoio aos familiares, os militares o rejeitariam como “método intrusivo” em sua vida afetiva e pessoal.

Da mesma forma, FREDERIC (2016) afirma que entre os militares argentinos destacados no Haiti, a tranquilidade em relação ao cuidado de seus companheiros e filhos dependia, segundo os relatos, mais do fato de estarem próximos ou hospedados na casa de parentes mais próximos, e não do fato de residirem na base militar e contar com sua estrutura e apoio; o mesmo é percebido na fala de algumas esposas de militares brasileiros no preenchimento do questionário que subsidia este estudo.

Outro recurso utilizado pelas Forças Armadas argentinas na tentativa de proporcionar um clima emocional adequado foi solicitar o apoio de um sacerdote e de um psicólogo. No Brasil a figura do “Capelão Militar” (que pode ser um padre ou um pastor protestante) é incorporada à tripulação/contingente e ele realiza todo o percurso e duração da missão. A

partir das pesquisas de clima organizacional realizadas com as tripulações que realizaram a UNIFIL, percebe-se que o capelão cumpre a função de realizar cerimônias ecumênicas a bordo e fazer o trabalho de “Elemento de Ligação” com o Núcleo de Assistência Social, realizando também a difícil tarefa de dar notícias de óbitos. Não obstante, quando analisadas as perguntas sobre a rede de apoio dos militares *in loco*, o capelão é o último recurso a ser acionado pelos militares em momentos de estresse, vindo atrás de “ligações para a família” e “conversas com os companhas”. O psicólogo da Marinha do Brasil no apoio em Missões cumpre apenas uma semana de atendimento *in loco* durante o período do NAS Itinerante.

FREDERIC (2016) também aponta os “compañeros” (denominados no vocabulário da caserna brasileira como “campanhas” ou amigos/companheiros da carreira militar) como central em uma missão. Os laços com os companheiros que ficam, muitas vezes dão suporte aos familiares desses. De mesmo modo, os laços desenhados com os colegas de contingente são referidos pelos mesmos em termos de solidez, empatia e solidariedade, pelas fortes experiências comuns compartilhadas. São estratégias utilizadas para enfrentar momentos de cansaço, estranhamento, angústia, estresse, desorientação e até casos de depressão e ansiedade durante a missão.

A mulher na Marinha brasileira e a “Família Naval”

Apesar do Corpo Auxiliar Feminino da Reserva da Marinha ter sido criado em 1980 (cinco anos depois da instituição do Ano Internacional da Mulher – 1975) a inclusão da mulher nos setores operativos da Marinha do Brasil, 40 anos depois, ainda se encontra em lenta implantação. Dados obtidos junto ao Ministério da Defesa apontam que em 2014 as mulheres representavam 7% do efetivo das Forças Armadas brasileiras (23.787). Se concentram majoritariamente na Força Aérea (9.927), seguida pelo Exército (6.700) e pela Marinha (5.815). Se concentram em áreas técnicas, administrativas e principalmente na área da saúde, prevalecendo-se na base da hierarquia. Segundo dados da Organização Marítima Internacional (OMI) as mulheres representam 2% dos marinheiros do mundo.

Em 2012, após uma reestruturação de Corpos e Quadros, ocorreu a promoção da primeira mulher ao generalato da Marinha brasileira, a Contra-Almirante (Md) DALVA MARIA CARVALHO MENDES e em 2018 a Contra-Almirante (EN) LUCIANA

MASCARENHAS DA COSTA MARRONI. Em 2014 a Marinha admitiu a primeira turma de Aspirantes femininas da Escola Naval, foram 12 vagas direcionadas apenas para o Corpo de Intendentes da Marinha (IM)¹¹. Segundo a antropóloga Lia Zanotta Machado (2012) em “*Mulheres a bordo – 30 anos da mulher militar na Marinha*”, até então capitanear um navio ou pilotar um avião ainda eram (e são) áreas de acesso limitado para alguns quadros de oficiais. A autora afirma que tal fato parece remeter diretamente a dois valores “fundamentalmente masculinos: decidir e ter controle” Lia Machado reforça que “Uma vez abertas as possibilidades, as mulheres têm demonstrado sua alta capacidade de decisão, autonomia e comando”. Incorporar mulheres significaria “romper” com valores culturais vigentes para as instituições militares.

Assim, D’Araújo (2004), através de depoimentos de autoridades militares brasileiras, destaca que a presença feminina nos quartéis é encarada de forma controversa. Para esses militares, as mulheres são vistas como seres naturalmente emotivos, pacificadores, indefesos, delicados, frágeis e que necessitam de proteção; enquanto os homens são tidos como seres naturalmente fortes, agressivos, e, portanto, compatíveis com a instituição militar que lida com o monopólio da violência. Ressalta-se que essa visão configura-se como predominante no interior das Forças Armadas.

A partir da Lei nº 13.541, de 18 de dezembro de 2017, as aspirantes que ingressam na Escola Naval puderam optar também pelo acesso ao Corpo da Armada (CA)¹² e ao Corpo de Fuzileiros Navais (CFN)¹³. Estima-se que, a partir de 2022, as mulheres também ingressarão nas Escolas de Aprendizes-Marinheiros, como integrantes no Corpo de Praças da Armada (CPA)¹⁴, possibilitando o embarque concomitante de Oficiais e Praças nas fileiras operativas.

11 O Corpo de *Intendentes* da Marinha é o corpo de oficiais que exercem cargos que visam ao atendimento das atividades logísticas e relacionadas com a economia, as finanças, o patrimônio, a administração e o controle interno.

12 O Corpo da *Armada* é o Corpo que conduz, opera e mantém todos os navios de guerra, de pesquisa e de apoio da Marinha do Brasil e executa funções administrativas e operativas em organizações militares de terra, privativas deste Corpo.

13 O Corpo de *Fuzileiros Navais* é uma espécie de Infantaria (princípio militar que executa efetivamente o combate) da Marinha embarcada, que realiza operações anfíbias (do mar para terra) e proporciona a segurança das instalações navais terrestres.

14 O Corpo de *Praças da Armada* (CPA), é constituído das Praças da Marinha que têm por finalidade essencial guarnecer os navios e aeronaves destinados ao serviço naval.

Vale destacar que o recorte observado, a saber, a tripulação de navios que realizam missões especiais e de longa duração, até o ano de 2020 era totalmente masculino. A tripulação da Força Interina das Nações Unidas no Líbano (UNIFIL 2020), foi a primeira a ter três mulheres compondo a sua tripulação (num total de 250 tripulantes). Cabe mencionar, também, que esse foi o último contingente enviado pelo Brasil para essa missão, que foi desmobilizada em dezembro, chegando à Base Naval do Rio de Janeiro em 26 de dezembro de 2020.

Essa tripulação vivenciou a explosão do Porto de Beirute no dia em que saíram para a patrulha no mar, poucas horas antes do ocorrido. O navio de Bangladesh que estava no píer ao lado do brasileiro teve muitos feridos e seu meio ficou inutilizado. Outro fato relevante dessa missão específica foi que estiveram em missão durante toda a pandemia, passaram grande parte do período sem poder sair do navio, primeiro porque a cidade estava destruída pela explosão, depois por conta do *lockdown* devido ao coronavírus. Muitos tripulantes foram infectados pela COVID-19, mas felizmente ninguém veio a óbito. Destaca-se também que as três mulheres que compuseram a tripulação da Fragata Independência são oficiais. Dentre elas, N. é solteira, formada na primeira turma de oficiais mulheres da Escola Naval, e tem como especialidade a intendência; J. é solteira e é médica e C. é casada, sua especialidade é enfermagem e esteve na tripulação também na função de pesquisadora.

Dessa forma, a tripulação dos meios operativos da Marinha brasileira em Missões Operativas é majoritariamente masculina. Com isso, percebe-se através de levantamento realizado, que os familiares desses militares são em geral esposas, sendo que grande parte delas trabalha fora do lar, estuda e dedica seu tempo e esforço no cuidado da casa e dos filhos. Esse perfil veio se alterando ao longo dos anos.

Durante as missões surgem demandas por parte dos militares, como: comportamentos compulsivos por compras (quando estão em portos internacionais), por alimentação, aumento no consumo de bebidas alcoólicas, dentre outros. Em decorrência disso, o serviço multiprofissional de Assistência Social - composto por psicólogos, assistentes sociais e bacharéis em direito - recebe demandas referentes a situações de estresse, saúde do militar, endividamento, conflitos familiares e no ambiente de trabalho, acidentes, óbitos etc.

Com o afastamento desse membro da família por um período entre três a nove meses, essas mulheres tendem a lidar com todas as questões administrativas da família. Durante esse período o NAS recebe, por parte dos familiares, demandas como: questões relacionadas à saúde dos membros da família, dificuldade em acessar o serviço de Saúde da Marinha, falecimentos, nascimento de filhos de militares em missão, provenientes de relacionamentos sem união estável ou casamento, o que dificulta o registro de paternidade da criança; necessidade de realizar viagens ou cirurgias eletivas onde seja necessário a autorização de ambos os genitores; e ainda outros imprevistos ligados a questões bancárias (como bloqueio de senha), à Receita Federal (Imposto de Renda) e ao DETRAN (reboques e outras questões onde apenas o proprietário do veículo pode resolver). É comum também, durante esse período de afastamento, as crianças apresentarem mudanças comportamentais. Dessa forma, o NAS acaba atuando como uma interface entre a vida doméstica e profissional que atua em uma Missão Especial.

Para subsidiar a construção dos itens a serem contidos na cartilha e melhor compreensão da realidade vivenciada pelos familiares dos militares em missões especiais utilizou-se um questionário semiestruturado. Por conta das restrições vivenciadas pela pandemia do novo COVID-19, o questionário foi encaminhado às participantes por meio digital; com questões quantitativas e qualitativas, a participação das familiares foi voluntária e não identificada.

Participaram da amostra 75 familiares de militares e servidores civis nos postos de suboficial e sargento (55,1%), cabos e marinheiros (23,2%), oficiais (10,1%) e servidores civis (11,6%). Dos familiares participantes, 65% eram esposas, 12,5% mães, 7,5% noivas e 1,6 outros (irmã, filha e pai). Os participantes tinham idade entre 21 e 60 anos no período em que vivenciaram a missão e todos eram residentes no estado do Rio de Janeiro¹⁵. Os inseridos na pesquisa realizaram comissões diferentes entre si, assim como em anos e navios distintos. As Missões de participação predominante foram a UNIFIL (52,7%), o Programa Antártico Brasileiro (PROANTAR)¹⁶ (25%) e a Missão das Nações Unidas para a Estabilização do Haiti

15 No Rio de Janeiro encontra-se a sede da Esquadra brasileira, assim como a Base Naval, a Base de Submarinos, uma Diretoria de Hidrografia, o Arsenal (que dá apoio e manutenção aos meios navais do país), assim como os principais Centros de Instrução da Instituição, compreendendo o maior efetivo nacional.

16 O PROANTAR realiza pesquisas científicas, e proporciona ao Brasil participação no processo decisório relativo ao futuro do continente antártico, uma região de 14 milhões de km², situada a 50

(MINUSTAH)¹⁷ (13,8%). O período de afastamento dos mesmos do seu núcleo familiar variou entre “quase cinco” e “nove meses e vinte dias”, nas palavras de quem conta cada segundo até o dia do retorno. O ano em que as missões foram realizadas variou entre 2004 e 2021. Houve maior incidência de respostas nas missões ocorridas nos anos 2019 (38,6%) e 2020 (26,6%).

Às respondentes foi solicitado que relatassem a experiência vivida durante o período de afastamento do militar do núcleo familiar, durante o período em que estes estiveram em solo estrangeiro, cumprindo uma Missão Especial. Elas foram informadas que suas identidades estariam preservadas, que comporiam um estudo de mestrado, que poderiam acrescentar aspectos a seu ver importantes, e que ao término da análise receberiam a devolutiva do estudo.

LEINER (2009 p.37) nos adverte que “não há um protocolo seguro, pelo menos para orientar o pesquisador no início” da pesquisa em uma instituição militar. Nos seis primeiros meses de aplicação, apenas cinco familiares responderam o questionário. Nesta etapa era comum o militar receber o link, mas não repassar ao seu familiar. Em uma segunda tentativa, o link do questionário foi enviado ao navio que encontrava-se em missão no último contingente da UNIFIL. O responsável pela distribuição do mesmo, ao saber que se tratava de um estudo de mestrado, decidiu por não compartilhá-lo. Militares que compunham essa tripulação afirmaram que o clima no navio, nesse período, era muito tenso por conta da frequente contaminação dos militares por Covid-19 e que tentava-se ao máximo que tais informações fossem preservadas; diante disso, desencorajavam os militares a responderem quaisquer pesquisas, entrevistas ou depoimentos.

Nesse percurso, a DASM, a pedido do Comandante da Marinha, lançou uma chamada para envio de artigos científicos a fim de comporem um possível livro sobre a Assistência

milhas marítimas do sul da América do Sul. A Estação Antártica Comandante Ferraz (EACF) foi inaugurada em 06 de fevereiro de 1984 e está situada na Baía do Almirantado na Ilha Rei George, Arquipélago Shetlands do Sul, e marca a presença brasileira na Antártica. O NAS do Arsenal de Marinha do Rio de Janeiro (AMRJ) executa o Programa de Apoio à Missões Especiais junto aos servidores civis e militares que participam do PROANTAR através da manutenção e reparo da Estação.

17 A MINUSTAH teve a finalidade de restabelecer a segurança e a estabilidade no Haiti e durou 13 anos, sendo desmobilizada em outubro de 2017. No decorrer de todos os anos de permanência da Força de Fuzileiros da Esquadra (FFE) no Haiti foram enviados 26 contingentes, totalizando cerca de 6.115 militares. O NAS do Comando da Força de Fuzileiros da Esquadra (ComFFE) era quem executava o Programa de Apoio.

Social na Marinha do Brasil. Desse modo, a terceira estratégia de distribuição do link do questionário consistiu no envio de um e-mail formal, aos imediatos dos navios que realizaram recentemente Missões Especiais, informando que o objetivo era (agora) subsidiar a construção do artigo científico institucional a ser publicado no livro de apresso do Comandante da Marinha. Dessa forma, citando o mais alto cargo da instituição, em algumas semanas a amostra cresceu significativamente, vindo a paralisar-se após a saída do Comandante da Marinha, por ocasião da reunião histórica ocorrida entre os comandantes das três Forças Armadas com o então, novo Ministro da Defesa, Walter Braga Netto, onde os três Comandantes de Força deixaram seus cargos e foram substituídos, na manhã da terça-feira, 30 de março de 2021.

CASTRO e LEIRNER (2009) refletem sobre a linguagem da guerra e que nessa gramática, uma categoria fundamental para os militares é “amigo/inimigo”. LEIRNER afirma que em 1987, pouco após o fim do Regime Militar (época em que realizou sua pesquisa), a percepção que os militares tinham é que “se falava mal” das Forças Armadas. Por isso, havia uma desconfiança mútua dos militares em relação aos civis, e vice-versa, particularmente sobre o mundo acadêmico. Hoje, 34 anos depois, pouco avançamos nesse sentido. A dificuldade de o questionário chegar aos seus respondentes, assim como o trabalho vigiado do assistente social a bordo de um navio, mostra-nos essa “tentativa de controle” sobre o pesquisador e o profissional das ciências sociais aplicadas.

Utiliza-se, atualmente, uma nova expressão interna à instituição: “o inimigo veste cinza”, fazendo menção ao uniforme de trabalho do cotidiano, e designando que alguns componentes da instituição podem representar uma ameaça, como um inimigo disfarçado, invocando perigos simbólicos. Diante disso, me recordo de diversas ocasiões em que palestras seriam proferidas à tripulação e que os oficiais gerais buscaram colher informações como a temática abordada, o currículo dos palestrantes, ou até mesmo quando foi solicitado a impressão e vistoria de todos os slides que seriam apresentados. Neste momento fica claro e explícito a visão sobre os profissionais técnicos da assistência social, parafraseando LEIRNER (2009, p.38), sobre as noções indexadas à guerra.

Percebi que as famílias participantes valorizaram a rara oportunidade de “poder se abrir” ou “ter alguém da instituição para quem falar”, a mesma percepção que tive em relação

aos militares do navio, quando cheguei para fazer atendimento *in loco* no Líbano. Os familiares demonstraram satisfação em se expressar sobre o assunto, em especial no último tópico, sobre o maior aprendizado do período de afastamento. A maior dificuldade foi fazer o link do questionário chegar até eles. Enquanto a tentativa de aproximação estava pautada na contribuição a um estudo de mestrado, algo compreendido como externo à instituição, houve resistência, mas a partir do momento em que a estratégia mudou para algo compreendido como interno à instituição e com o aval do Comandante geral da Força percebeu-se maior adesão, ainda que com ressalvas, uma vez que não foram todos os navios contatados que retransmitiram o link aos seus tripulantes.

Dessa forma, a inserção laborativa da autora, apesar das afetações decorrentes dos dois anos de estágio e cinco anos de trabalho no campo, foi primordial para o acesso ao público-alvo a ser pesquisado. Não obstante, esse mesmo fator gerou preocupação e esforço para manter o que Gilberto Velho (2013) chama de “distância mínima que garanta ao investigador condições de objetividade em seu trabalho”. Acredita-se que este obstáculo foi contornado através da leitura bibliográfica que embasou teoricamente este estudo, e utilizado a favor da pesquisa: a experiência comum permitiu, neste caso, o acesso às famílias e a interação e linguagem necessárias para que as famílias participarem do estudo, a partir de uma identidade comum, proporcionada pelo vocabulário e pelo espaço de trabalho.

A partir da leitura dos textos organizados por Castro (2018), observa-se que a Marinha do Brasil, diferente do que ocorre no Exército, não possui uma “Patrona” para a “Família Militar” como D. Rosa da Fonseca, nem uma data que homenageie aquilo que a Marinha chama de “Família Naval”. Não obstante, um ponto convergente localiza-se no papel do “espírito de sacrifício” e de “luta” das esposas dos militares pertencentes a ambas as Forças. Como demonstra Castro (2018, p.12), elas buscam manter-se “companheiras e colaboradoras dos maridos ao longo de suas carreiras”. Ressalta-se também o lugar da mulher no papel do cuidado, e as transformações no modelo de família (MONNERAT 2015 p.111).

m Elas mencionaram o impacto da pandemia durante o afastamento do militar, tornando o trabalho das mesmas em home-office.

Uma quantidade expressiva de participantes afirma ter sido favorável à participação de seus familiares na missão, a principal motivação gira em torno de realização profissional, seguida de recursos financeiros e bagagem cultural.



Como pode ser visto no gráfico anterior, os familiares dos oficiais afirmam ter como principal fator motivacional para realização de uma missão de longa duração no Exterior a realização profissional do militar. Apenas um respondente mencionou a questão financeira em sua resposta. Ressalta-se que este posto possui uma média salarial consideravelmente maior que o restante da tripulação, chegando a aproximadamente sete salários-mínimos.

No posto hierárquico de SubOficiais e Sargentos o principal fator está no retorno financeiro, seguido de experiência profissional. Compreende-se que estes militares estejam em uma faixa etária compreendida entre 27 e 44 anos, 90% deles mencionaram serem casados e sua faixa salarial estar entre quatro e seis salários-mínimos. Apenas quatro respondentes destes postos mencionaram a busca por uma bagagem cultural. Nos postos de Cabos e Marinheiros, observa-se que o fator financeiro não é o primordial, mas a experiência profissional e cultural. Acrescenta-se a este dado o fato da remuneração paga pela ONU a estes últimos postos hierárquicos, ser de igual valor. É frequente a manifestação do descontentamento dos cabos a este respeito (por receberem a mesma remuneração do marinheiro) e por não considerarem o valor da remuneração como um fator de motivação.

Todos os funcionários civis, cujos familiares participaram da pesquisa, eram lotados no Arsenal de Marinha do Rio de Janeiro e participaram do PROANTAR prestando seus serviços na manutenção da Estação Antártica Comandante Ferraz. Sua faixa etária está entre 41 e 57 anos, muitos deles estão próximos à aposentadoria e recebem a indicação para realizar essa missão como um reconhecimento pelos anos de bons serviços prestados em suas funções laborativas. Para estes o retorno financeiro também é importante e uma das esposas mencionou que a motivação do cônjuge foi conhecer a Antártica.



Figura 3: Um grupo de participantes do Programa Antártico Brasileiro fez essa foto para desejar Feliz Natal aos seus familiares enquanto estavam distantes, cumprindo a manutenção da Estação Antártica Comandante Ferraz.

Apesar de terem sido impulsionadoras de seus cônjuges, é comum em suas falas mencionarem apreensão e medo (30%), tanto pela missão ocorrer em locais inóspitos ou de conflito, como também o receio de não darem conta de realizar todas as tarefas de administração familiar. Demonstraram também orgulho (20%), felicidade (10%) e saudade (10%).

- Achei que não saberia arcar e decidir sobre quase todas as questões de cuidado da minha filha, da casa, tomar decisões importantes sozinha, acumular várias as funções que ele exercia (compras de supermercado, manutenção da casa) etc.
- Confesso que fiquei bem apreensiva, pois o Líbano, segundo minha percepção, era um país de muitos conflitos, então pensei que ele estaria correndo risco de vida. Sendo esclarecida por ele da situação verdadeira assim que chegou lá, fiquei mais tranquila.
- Foi bem complicado, até porque nosso filho mais velho foi infectado com o COVID-19, sendo necessário ficar internado e eu tive que esconder o que estava acontecendo, visto que optamos por ele não ficar sabendo de nada se algo acontecesse aqui.
- Minha maior dificuldade durante a missão foi vê-lo ausente na doença da nossa mãe, e não poder presenciar o velório e enterro dela. (fala de uma irmã)

- Fiquei apreensiva com a viagem, se teria algum risco para ele e se eu daria conta de toda a responsabilidade de cuidar sozinha de uma criança com sérios problemas alérgicos e que fazia muitas terapias.

Grande parte dos esforços está voltada às dificuldades enfrentadas pelos militares durante uma missão especial, como o gerenciamento do estresse e a prevenção de comportamentos compulsivos. É interessante perceber que quem fica em terra também enfrenta dificuldades durante o processo de afastamento. Mais interessante ainda é observar como estas pessoas criaram estratégias para lidar com a saudade, com a sobrecarga, com o desemprego inesperado, com as emergências de saúde e com o novo, ainda que a estratégia seja mergulhar no trabalho, se dedicar aos estudos, à obra da casa, visitar amigos e familiares, para não estar só, como pode-se ver nas respostas a seguir.

- Tentei ao máximo me ocupar para passar o tempo, trabalhando e estudando, saindo com familiares e amigos de vez em quando e quando me deparei já era abril.
- Mantive uma rotina muito puxada, pois estava em um período de muito estresse no trabalho, período em que fui demitida, fazia faculdade à noite. Tinha poucos momentos de lazer.
- Neste período estávamos com uma filha pequena, de 2 anos, que ainda não ia pra escola, por ser dona de casa, optamos por passar todo o tempo da viagem com a minha mãe, irmão e familiares, no estado onde morávamos antes de vir para o RJ, o que proporcionou para meu esposo uma viagem tranquila, por saber que não estávamos sós, e para nós duas foi uma nova rotina, pois aproveitamos os familiares e amigos.
- Devido à pandemia, as aulas ficaram online, meu trabalho em casa aumentou bastante, fora a parte de ter que estudar e ensinar as crianças. Também impactou o nosso lazer, pois tivemos que ficar em casa sem a presença dele, que faz bastante falta.
- Apreendi a ficar em casa. Nosso isolamento social era a melhor coisa para ele ficar tranquilo quanto ao nosso contágio pelo Covid-19.

Sobre o dia tão esperado do retorno, elas demonstram alívio, conforto e alegria, como percebe-se nas falas “agora minha família está completa”, “ver a família reunida de novo não tem preço” ou “um dos dias mais felizes da minha vida”.

É importante também destacar que além de orgulho que sentem da missão que seus cônjuges realizaram, todas as esposas afirmam terem saído da experiência com novas habilidades e orgulho de si próprias por terem vencido algo que não achavam que seriam capazes de fazer:

- Me senti incapaz no começo. Mas depois me recuperei e tiro a resiliência como meu maior aprendizado.
- Aprendi que agora, depois de casados, conseguimos lidar com a distância por mais difícil que seja, e fiquei muito orgulhosa por ter conseguido realizar coisas mesmo com ele distante.
- Aprendi que eu sou forte e consegui vencer esse desafio, quando todas as áreas da minha vida foram testadas e mesmo passando por situações complexas, eu consegui superar e vencer.
- Aprendi que quando se faz um planejamento correto de alguma situação levando em consideração possíveis imprevistos, e se preparando para tal, e mais importante, cumprindo com o planejado, tudo se encaminha e se encaixa. Aprendi também que informação e comunicação são essenciais para o sucesso de qualquer missão, curta ou longa, seja no âmbito pessoal ou profissional.
- Aprendi a me virar sozinha, trocar pneus, realizar tarefas que geralmente deixava na responsabilidade do meu marido e percebi que sou capaz de executar também.
- É uma experiência muito difícil. Para quem vivencia esse período longo de um ente em missão o tempo demora muito a passar. Os dias parecem longos, mas graças à estrutura que o Haiti tinha de comunicação, conseguia manter contato constante e isso me fazia sentir mais feliz.

Das 75 famílias participantes da pesquisa, 51 afirmaram não possuir outro familiar na Marinha do Brasil ou em outra Força Armada, o que representa 71,8% da amostra. Quando

perguntadas se durante o período da missão se relacionaram com outros familiares de militar/servidor civil que estariam na mesma situação, 90% responderam que não; a família e os amigos mais próximos, no entanto, foram mencionados como suporte necessário para que mulheres em fases distintas conseguissem superar seus desafios mesmo longe dos companheiros, entre eles: decidir sobre o cuidado com filhos pequenos, enfrentar problemas graves de saúde, lidar com a fase da gravidez e os cuidados a ela inerentes, lidar com as dores do luto e sepultamento de um ente querido, situações de desemprego, entre outros. Aparece em diversos relatos a ênfase na família como rede de apoio:

- Precisei de muito apoio da família para o cuidado da minha filha, que tinha 1 ano. Quase não participei de eventos sociais, que não fossem com meus familiares mais próximos. Não me sentia à vontade para ir sozinha;
- Durante o período em que ele esteve fora, eu voltei para a casa dos meus pais, para não ficar sozinha no Rio de Janeiro;
- Depois dessa experiência, valorizo ainda mais o apoio que recebo dos meus familiares;

Arrigada (2007) reforça o argumento que as famílias cumprem funções de apoio social e amparo diante das crises econômicas, do desemprego, da enfermidade e da morte dos seus membros. Afirma que a família se constitui um recurso estratégico de valor, uma vez que a limitada cobertura social a coloca como instituição de apoio social em situações de dificuldade. Sendo assim, conforme o termo utilizado por MIOTO (2004) percebe-se o fenômeno do “familismo”, onde a família também é a primeira instituição responsabilizada pelo cuidado com as crianças, idosos, doentes e pessoas com deficiência. Logo, cabe ressaltar que se entendemos a família como importante suporte social, e é fundamental perceber que essa família necessita de cuidados, suporte profissional e proteção social.

Com base nessas afirmações, cabe notar que a família constantemente é apontada como uma das mais importantes instituições responsáveis pela qualidade de vida dos seus membros, e por isso é fundamental pensar em políticas sociais de suporte às famílias.

Diante disso, vale refletir sobre o desafio da Assistência Social, dentro e fora da MB, quando desenvolve ações diretamente com tal público. Da mesma maneira que o regime de

bem-estar social brasileiro é fortemente apoiado na família, identificamos que o trabalho realizado na Assistência Social da MB em situações de Missões segue tal centralidade, partindo da concepção de família como rede de apoio. Visto isso, busca-se refletir sobre a importância do suporte oferecido a esta rede familiar.

Ressalta-se que na região metropolitana do Rio de Janeiro – domicílio das participantes -, a Marinha do Brasil (MB) conta com apenas três Próprios Nacionais Residenciais (PNR), ou vilas, em Niterói (Ponta da Areia), Itaguaí e Campo Grande, e estas são destinados apenas aos militares cuja especialização esteja relacionada aos submarinos. Essa realidade se difere de outros estados do Brasil, considerados “fora da sede”, nos quais a quantidade de moradias é maior para acolher as famílias dos militares que, em sua maioria, não são naturais do estado onde estão servindo. Nas vilas militares, como observado nos estudos de Castro (2018), Chinelli (2009) e Monnerat (2018), cria-se uma forte rede de solidariedade e apoio: “Essas relações, baseadas na ajuda mútua, se dão principalmente em ocasiões em que o marido está afastado do núcleo familiar por estar cumprindo escalas de serviço no quartel ou em alguma missão externa” (MONNERAT, 2018 P.51)

Os jovens que ingressam na Marinha possuindo Ensino Médio são categorizados como praças. As famílias de suboficiais, sargentos, cabos e marinheiros representaram 80% dos respondentes do questionário. Suas carreiras têm início nas Escolas de Aprendizes de Marinheiros. Quando naturais do Rio de Janeiro ou de outros estados do Brasil, deslocam-se para as regiões onde se localizam as Escolas de formação (Vitória/ES, Florianópolis/SC, Fortaleza/CE e Recife/PE) e lá permanecem por um ano em regime de internato. Após o curso de Formação, os agora marinheiros são distribuídos nas Organizações Militares (OM) ao longo do país, sem necessariamente retornar para seu estado de origem. Após aproximadamente três anos todas as turmas destinam-se ao Rio de Janeiro para o curso que os habilitará ao próximo posto na cadeia hierárquica, o posto de Cabo. Após a formatura de Cabo são novamente distribuídos pelo território nacional e posteriormente repetem o mesmo ciclo cinco anos depois para o curso de Sargento. Com isso, é comum nas vilas militares existir uma quantidade expressiva de famílias de praças, assim como famílias de muitas naturalidades e sem rede de apoio familiar, criando redes de solidariedade nas quais a “vida pública” se imbrica com a “vida privada” (SENNETT, 1999).

É comum ser utilizado por parte da instituição o termo “Família Naval”, no anseio de utilizar a categoria como “elemento-chave na construção de uma identidade militar” CASTRO (2018, p.12) assim designando os seus membros e o conjunto das suas famílias. Ao serem perguntadas o que vinha em suas mentes ao ouvir o termo “Família Militar”, quatro entrevistadas não responderam e entre as respondentes algumas manifestaram não se identificarem com o termo, conforme algumas falas a seguir:

- Nada (resposta mencionada por duas participantes);
- Não me identifico com o termo;
- Seriam todos os militares juntos e mais os seus familiares, mas não vejo isso acontecer; e
- “Família Naval” é apenas de oficial para cima, o restante dos militares passa dificuldades e estão desamparados.

Esse perfil de resposta teve maior incidência dentro da faixa etária compreendida entre 26 e 46 anos, na qual todas eram cônjuges e 40% dos militares compunham um quadro de Oficialato.

Houve ainda quem respondesse utilizando apenas uma palavra ou expressão, destas as mais recorrentes foram ilustradas no quadro a seguir (conforme o número de vezes em que foram mencionadas):



Percebeu-se que os familiares dos militares que participaram da amostra demonstram estarem confusos sobre quais os membros, de fato, compõem essa “família”. Observou-se uma grande incidência para falas que acreditam que a “Família Naval” compreende os

militares e os seus familiares, ainda que em alguns momentos demonstrem que não acreditam totalmente que isso se efetive na prática. Não obstante, não foram poucas as repostas que mencionaram que apenas os militares compusessem essa família “muito unida” (como diz a canção) e ainda um outro grupo que acredita que o termo se refere à família dos militares.

SOMENTE OS MILITARES	MILITARES + OS FAMILIARES	SOMENTE OS FAMILIARES
“O militar”	“Militares da Marinha e seus familiares” (4x)	“A família do militar”
“A vida profissional do meu marido”	“Todos unidos”	“O cuidado com os familiares”
“Que o trabalho do meu esposo é como uma família, no caso uma 2ª família dele!”	“Todos em prol de um objetivo”	“Um monte de esposas que esperam seus maridos voltarem de viagem”
“Eles passam tanto tempo juntos que acabam se tornando uma família”	“Um grupo de militares que se apoiam e que tal suporte se estende aos familiares desses Navais”	
“Colegas de trabalho que convivem mais que os familiares de sangue”		
“O navio todo”		
“Servidores da Nação”		

Alguns familiares acreditam ser a “Família Naval” um “*Sistema* de apoio social e lazer do pessoal da Marinha”.

Verificou-se no levantamento que familiares com maior incidência no Quadro de Praças da Armada, na faixa etária em 48 e 52 anos apresentaram a tendência de um discurso mais institucionalizado, como os achados a seguir:

- A Marinha é uma família para nós, ela tem cuidado muito bem de seus militares e familiares [A. Cônjuge, 48 anos];
- A “Família Naval” é a felicidade do meu esposo. Ele é apaixonado pela Marinha [B. Cônjuge, 50 anos];

- Entendo que mesmo não sendo nós os militares, também somos considerados membros da mesma família. E isso é importante para os pais, esposas, filhos e ou outros familiares que tanto contribuem ou contribuíram para eles estarem onde estão. É importante para nós termos o respeito e a consideração da instituição. [C., 52 anos mãe de um militar de 24 anos].

Quando perguntadas sobre o trabalho realizado pelo NAS, mais especificamente sobre as informações mais úteis fornecidas na fase de preparação, elas afirmaram:

- Todas foram úteis, na minha opinião, os exemplos práticos de situações anteriores são os mais esclarecedores. Principalmente sobre como prevenir situações indesejáveis (os documentos que precisam ser providenciados) e entender como seria a rotina de comunicação com o militar durante a missão.
- Acho que foi sobre a importância de não espalhar sobre o fato de meu filho não estar em casa. E não colocar nas redes sociais.
- Em saber que caso houvesse necessidade a família poderia contar com o serviço e orientações necessárias.
- Após 2 meses de comissão nossa filha teve que ser operada de emergência. Foi muito difícil passar por esse momento sozinha, encontrei algumas dificuldades para que fosse realizada esta operação, porém assim que foi de conhecimento do navio do meu esposo, da esquadra e da assistência social naval, encontrei todo o apoio conseguindo operar a tempo e salvar a vida de minha filha.

Diante desses relatos, é possível constatar que o suporte psicossocial possui impacto positivo no que diz respeito aos seus objetivos, contribuindo ainda para a convivência em grupo, as estratégias para resolução de conflitos e para o enfrentamento das mais diversas situações de risco/vulnerabilidade social que possam ser vivenciadas pelo militar ou por seus familiares durante o período da Missão. A psicologia em específico, assim como a exemplo da experiência das Forças Armadas argentinas, assume papel de extrema importância nas intervenções voltadas à redução do nível de estresse, possíveis situações traumáticas e os futuros impactos desses fatores na vida do militar e de sua família.

4. DISCUSSÃO SOBRE O FORMATO

O formato escolhido para o produto do Mestrado Profissional em Bens Culturais e Projetos Sociais foi o de uma cartilha, recurso técnico institucional a ser compartilhado com os familiares de militares que integram missões especiais no Exterior. A escolha do formato se deu por poder materializar as informações fornecidas na etapa de preparação, de forma que a família leve consigo (impresso a cores) ou acessem pela Internet o conteúdo do discurso oral.

Para confecção da cartilha levantou-se a bibliografia sobre o tema, assim como foram consultados familiares de militares que realizaram missões especiais, para compressão de suas dinâmicas familiares durante esse período de afastamento do militar do seu núcleo familiar. A proposta se fundamentou na experiência dos profissionais que acompanham o projeto *Minha Missão*, abordando na cartilha temas acerca das demandas mais recorrentes dessas famílias ao NAS.

Uma empresa gráfica especializada no programa *CorelDraw* será contratada para diagramar, ilustrar e imprimir o produto, de forma que se torne dinâmico, informativo e compreensível; e que o produto esteja na casa dos militares e sejam úteis nos momentos de dúvidas, necessidades de uma informação ou telefone institucional específico.

4. APRESENTAÇÃO DO PRODUTO

Objetiva-se oferecer um compilado de informações elementares, de forma ordenada, ilustrada e em linguagem acessível com vistas a permitir aos familiares uma leitura posterior, reforçando as informações e orientações orais, de modo a facilitar o acesso a serviços institucionais disponíveis e facilitar a tomada de decisões da família sobre o uso de ferramentas, tais como:

- Sugestão de como organizar uma pasta com os documentos importantes da família (certidões, contratos, documentos de saúde etc.) de rápido e fácil acesso no momento de urgência ou necessidade;

- Sugestão de deixar uma procuração pública, registrada em cartório, com data de validade, para uma pessoa de confiança resolver questões imprevistas como transações bancárias, carro, residenciais e Receita Federal;
- Sugestão de regularização dos documentos de identificação, estado civil, confirmação de beneficiários e aquisição de seguros e planos assistenciais, como os de assistência póstuma, por exemplo, antes da data da viagem.

Pretende-se também, fornecer informações acerca de temas diversos como segurança nas redes sociais, técnicas de gerenciamento de estresse e números de telefones institucionais importantes, de assistência à saúde, dentre outros.

5. APLICAÇÃO DO PRODUTO

As cartilhas destinam-se às famílias dos militares que embarcarão em uma missão especial e serão distribuídas pelos profissionais dos NAS no momento da reunião de preparação. O formato digital estará disponível na página do Núcleo de Assistência Social da esquadra. Espera-se que haja um aumento no acesso aos serviços institucionais e uma diminuição das intercorrências não previstas, mas, no caso de acontecerem essas situações, que as famílias utilizem as ferramentas fornecidas para construção de novas estratégias.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Empreender um estudo sobre um projeto social institucional realizado pela Assistência Social no âmbito militar foi um grande desafio, porque empenhou-se em contextualizar o campo de estudos de maneira ampla e clara, de forma a demonstrar sua cultura, dialetos, contextos e conjunturas. Buscou-se sistematizar o exercício profissional do assistente social em uma instituição pautada por princípios de hierarquia e disciplina, o que requereu um grande esforço no exercício de distanciamento do objeto de estudo que era ao mesmo tempo objeto de trabalho diário.

Este estudo teve início explorando as características e peculiaridades da Identidade Militar a partir de autores pioneiros que a partir da década de 1990 introduziram uma nova perspectiva de análise acerca das Organizações Militares. Diante desta premissa, e compreendendo estas instituições como “totalizantes” observou-se empiricamente através dos questionários aplicados junto a familiares de militares da Marinha do Brasil que realizaram, recentemente, missões operativas no Exterior, como esses valores transbordam os muros da instituição e absorvem a família de seus membros. Ainda nesse contexto, imbrica-se as dimensões privada e pública e ao ser absorvida a família é vista, não só como um elemento pertencente ao quartel, mas como também, na pessoa da mulher, assume um papel fundamental de cuidado, suporte e manutenção para o funcionamento eficaz e o exercício das funções técnico militares e na carreira de seus cônjuges e filhos. Ao assumir este papel, a mulher, em grande parcela, desloca individualidade em função da carreira de seu companheiro, perfazendo a carreira do militar um projeto central de toda a família.

Este trabalho apresentou, igualmente, uma abordagem histórica da profissão de Serviço Social perpassando por autores clássicos e descrevendo o percurso controverso da construção da chamada Política de Assistência Social na Marinha do Brasil. O relato sinalizou as contradições presentes no modelo e apresentou suas principais normas e diretrizes. Destacamos ainda o exercício profissional do assistente social no âmbito militar, em especial na Marinha do Brasil, demonstrando como essa atuação é perpassada por inúmeras contradições, desafios e precariedades, que se apresentam na própria condição deste profissional como trabalhador temporário.

Foi explorada a contribuição científica da antropóloga e atual Ministra de Segurança da Argentina, Sabina Frederic, sobre sua experiência junto às Forças Armadas argentinas em Operações de Paz. A autora argumenta que a intensa frequência de envio de tropas a terras distantes geográfica e culturalmente, por períodos de seis meses ou mais, impactou os militares e seus familiares, despertando a atenção de setores das Instituições militares. Surgiram, assim, estudos de campo para compreender os fatores que compõem esse impacto psicossocial e as duras estratégias pessoais, situacionais e institucionais necessárias para lidar com os problemas de ordem moral e emocional que afetam os militares e seus familiares. Dessa forma, o projeto social “Minha Missão”, ainda que disposto como uma interface entre a vida privada e institucional do militar que atua em uma Missão Especial, conseguiu trabalhar

de forma socioeducativa e preventiva a identificação dos estímulos estressores, e contribuir junto aos militares e seus familiares que compuseram as tripulações dos navios enviados à UNIFIL com reflexões e antecipação de estratégias de enfrentamento das possíveis dificuldades do período de afastamento do militar de seu núcleo familiar.

Configurou-se de extrema importância assinalar a experiência do Brasil nos parâmetros da vivência de outros países como Portugal e Argentina, assim como situar a inclusão da mulher nos setores operativos da Marinha brasileira.

Diante da análise dos questionários respondidos é possível perceber mais uma vez a centralidade que a família assume nesse processo e a importância da mesma para o sucesso da Missão. O fato de os familiares, em sua grande maioria esposas, serem impulsionadoras de seus cônjuges, apesar das preocupações e medos, faz com que elas também passem a se enxergar como protagonistas deste processo, pois, conforme os relatos citados, muitas passam a realizar sozinhas tarefas impensadas anteriormente, ganhando autonomia na realização de atividades e na tomada de decisões. O aumento da independência também é apontado como algo positivo para as mulheres que ficam e se descobrem capazes na realização de atividades e na superação de seus desafios.

A pesquisa retrata o perfil de gênero da mulher como cuidadora e apoiadora. Nas entrevistas foi possível perceber que muitas delas se colocam como favoráveis à missão por compreender que é uma realização profissional ou “um sonho” para o companheiro, ainda que para isso elas precisem enfrentar medos, desafios e até sobrecarga de responsabilidades.

A família assume uma centralidade, seja como objeto, seja como sujeito na construção da sua própria história de forma autônoma. Pensando desta forma a autonomia, como a capacidade de decisão e opção. A noção de autonomia, segundo Mito (2004), implica o desenvolvimento da capacidade de discernir as mudanças possíveis no âmbito dos grupos familiares e de suas redes, para que ocorram transformações mais gerais, envolvendo a capacidade de opinar, escolher, decidir e agir intencionalmente.

Com efeito, faz-se necessária uma análise contínua sobre a prática profissional, sobre os limites e as possibilidades para uma atuação que possa ser criativa e pautada na construção de serviços destinados às famílias, na perspectiva de garantir direitos e contribuir para autonomia dos seus membros.

7. LISTAGEM DOS ACERVOS E FONTES

Cópia do Questionário aplicado aos familiares por meio da plataforma *Google Formulário*:

Missões Especiais: a experiência de quem fica.

O presente questionário visa subsidiar uma pesquisa e irá contribuir na construção do artigo "A atuação da Assistência Social no apoio à Missões especiais" que comporá o Livro a ser publicado pela Diretoria de Assistência Social (DASM) em parceria com o Abrigo do Marinheiro, por apreço do Comandante da Marinha.

Nesse estudo iremos falar sobre a perspectiva dos familiares dos militares e servidores civis que fazem missões no exterior.

OBS.: O questionário deve ser preenchido pelo FAMILIAR e não pelo militar/servidor civil.

O objetivo é saber como foi a SUA experiência (cônjuges, genitores, filhos, etc) durante o período que o seu familiar esteve em Missão Especial (Libano, Haiti ou Antártica). E se você lembrar de alguma coisa que considere importante, que não estiver nas perguntas, fique à vontade para nos escrever. Muito obrigada pela participação.

Esta pesquisa fornecerá subsídios para o estudo de mestrado da autora e ela é de participação totalmente VOLUNTÁRIA e de forma alguma irá identificar os seus respondentes.

Desde já agradecemos imensamente a sua generosa disponibilidade e contribuição.

*Obrigatório

1. Posto do militar/servidor civil que realizou a missão *

Marcar apenas uma oval.

- ☐ Marinheiro ou Cabo
☐ Sargento ou Suboficial
☐ Oficial
☐ Servidor Civil

2. Qual a Missão que o militar/servidor civil realizou

Marcar apenas uma oval.

- ☐ UNIFIL - Libano
☐ MINUSTAH - Haiti
☐ OPERANTAR - Antártica

3. Ano em que realizou a missão:

4. Quanto tempo o militar/Servidor civil passou fora do Brasil?

5. Idade do militar/servidor civil, na época da missão:

6. Sua idade (familiar), na época da missão:

7. Qual o Seu parentesco com o militar/servidor civil no momento da missão:

8. Você foi favorável ao seu familiar realizar a Missão?

Marcar apenas uma oval.

- ☐ sim
☐ não

9. Qual foi a motivação para participar de uma Missão no Exterior? *

10. Como você SE viu/SE sentiu em relação à Missão que seu familiar estava realizando?

11. Como era a sua rotina durante o período de hobbies, lazer?

12. Como você considera que a pandemia impactou a rotina do militar/servidor civil?

13. Como era a rotina do militar/servidor civil durante o período de afastamento?

14. Como você considera que a pandemia impactou a rotina do seu familiar (militar/servidor civil) e a missão?

15. Durante o período do afastamento, qual foi sua maior dificuldade/desafio (nos âmbitos: pessoal, familiar, da Marinha e do Brasil)?

16. Durante o período do afastamento, qual foi seu maior aprendizado (nos âmbitos: pessoal, familiar, da Marinha e do Brasil)?

17. Sobre a entrevista com o Assistente Social, antes da Missão, quais as orientações dadas você considera que foram mais úteis durante o período de ausência do militar/servidor civil?

18. Ainda sobre a entrevista de preparação com a Assistente Social, do que você sentiu falta?
(Deixe sua sugestão)

19. O que vem à sua mente ao ouvir o termo Família Naval?

20. Você e seu familiar(militar/servidor c
Marinha?

Marcar apenas uma oval.

- ☐ Sim
☐ Não

21. Você possui outros familiares na Mar

Marcar apenas uma oval.

- ☐ Sim
☐ Não

22. Durante o período da missão, você se relacionou [ou se relaciona] com algum outro familiar
de militar/servidor civil que já fez ou que está/estava na mesma missão do seu familiar?

23. Caso se sinta a vontade, deixe um comentário livre sobre como foi a experiência de vivenciar
esse período de afastamento de seu familiar, durante uma missão especial:

8. BIBLIOGRAFIA

ANDRADA, Sheila Aragão de. 30 anos da mulher militar na Marinha do Brasil. Rio de Janeiro, HMPeres & Associados, 2012.

ARRIGADA, Irma. Estruturas familiares, trabalho e bem-estar na América Latina. In Novas Conciliações e antigas tensões? Gênero, família e trabalho em perspectiva comparada. São Paulo, EDUSC, 2007.

BRASIL, Diretoria-Geral do Pessoal da Marinha. Normas sobre a Assistência Integrada na Marinha do Brasil – DGPM-501. 7ª Rev. Rio de Janeiro: DASM, 2020.

_____. Centro de Comunicação Social da Marinha. Revista Âncora Social, Ano 8, Nº8. Brasília, 2015. disponível em: <https://www.marinha.mil.br/dasm/sites/www.marinha.mil.br.dasm/files/ancorasocial.pdf>.

_____. Diretoria de Saúde da Marinha. Regulamento Do Fundo De Saúde Da Marinha. Brasília, 1998. disponível em: https://www.marinha.mil.br/snnf/sites/www.marinha.mil.br.snnf/files/portaria181FUSMA_0.pdf.

_____. Ministério da Defesa. Manual de Operações de Paz. 3ª Ed. Brasília: Ministério da Defesa, 2013.

CASTRO, Celso. O espírito militar: um estudo de antropologia social na Academia Militar das Agulhas Negras. Rio de Janeiro: Ed. Jorge Zahar, 1990.

_____. Goffman e os militares: sobre o conceito de instituição total. Disponível em: [file:///C:/Users/Rafael/Downloads/33764-88579-1-SM%20\(2\).pdf](file:///C:/Users/Rafael/Downloads/33764-88579-1-SM%20(2).pdf). Acesso em: 30 de março de 2021.

_____; LEIRNER, Piero. Antropologia dos militares: reflexões sobre pesquisa de campo. Rio de Janeiro: FGV, 2009.

_____, org. A família militar no Brasil: transformações e permanências. Rio de Janeiro: FGV, 2018.

COUTINHO. Projetos sociais de empresas no Brasil: arcabouço conceitual para pesquisas empíricas e análises gerenciais. RAP Rio de Janeiro 40(5):763-8.

COTTA, Tereza Cristina. Metodologias de avaliação de programas e projetos sociais: análise de resultados e de impacto. Revista do Serviço Público Ano 49 Número 2 Abr-Jun 1998.

DA MATTA, Roberto. A Casa & a Rua: espaço, cidadania, mulher e morte no Brasil. Rio de Janeiro: Guanabara, 1987. Rio de Janeiro: Guanabara, 1990.

FAGANELLO, P. L. F. **Operações de manutenção da paz da ONU**: de que forma os direitos humanos revolucionaram a principal ferramenta internacional da paz. Brasília: FUNAG, 2013.

FORTI, V.; GUERRA, Y. (Orgs.) Serviço Social – temas, textos e contextos. Rio de Janeiro, Ed.Lumen Juris, 2011.

FREDERIC, Sabina; HIRST, Mónica. La presencia de Argentina em Haiti: Contexto global, regional y experiencia militar (2004 – 2015) Argentina: Buenos Aires. Teseo, 2016.

GOFFMAN, Erving. Prisões, manicômios e conventos. São Paulo: Perspectiva, 2010.

GOLDANI, Ana Maria. 2005. **Reinventar Políticas para Famílias Reinventadas**: entre la "realidade" y la utopia. In Políticas hacia Familias. (Reinventing Polices for Reinvented familias: between a 'reality" and an utopia., in Proteccion e Inclusión Social. Edited by Irma Arriagada. Naciones Unidas, CEPAL/UNFPA. SERIE Seminarios y Conferencias, No. 4:pp:319-345. Santiago de Chile.

_____. **Família, gênero e políticas**: famílias brasileiras nos anos 90 e seus desafios como fator de proteção In Revista Brasileira de Estudos de População, v.19, n.1, jan./jun. 2002

IAMAMOTO, Marilda. V. Os espaços sócio-ocupacionais do assistente social. In: Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009, pp.341-375.

_____. Serviço Social em tempos de capital fetiche. Cortez. São Paulo, 2008.

JANNUZZI, Paulo de Martino. Avaliação de programas sociais no Brasil: repensando práticas e metodologias das pesquisas avaliativas. Rio de Janeiro, IPEA, planejamento e políticas públicas nº 36 – jan/jul, 2011.

LEIRNER, Piero de C. Meia volta volver: um estudo antropológico da hierarquia militar. Rio de Janeiro: Ed. da FGV, 1997.

MACHADO, Ednília Maria. Questão Social: Objeto do Serviço Social? Serviço Social em Revista. Londrina, V. 2, N. 1, P. 39-48. JUL./DEZ 1999.

MONNERAT, Silvia. Entre Malucos e Milicos: Etnografia, estereótipos familiares e papel da mulher nas relações de cuidado. Revista IluMinuras - Publicação Eletrônica do Banco de Imagens e Efeitos Visuais – BIEV/LAS/PPGAS/IFCH/UFRGS, Rio Grande do sul, 2015. Disponível em <<https://seer.ufrgs.br/iluminuras/article/view/57429/34487>> acesso em 26/06/2020.

MIOTO, R.C.T.O. **Que família é essa**. In: WANDERLEY, M.B.; OLIVEIRA, I.C. (Orgs). Trabalho com famílias: textos de apoio. São Paulo: IEE, PUC-SP, 2004.v.2.

_____. **Familismo, direito e cidadania**: contradições da política social. CAMPOS, M.S.; CARLOTTO, C.M. (Orgs). São Paulo: Cortez, 2015.

NETTO, José Paulo. Capitalismo Monopolista e Serviço Social. São Paulo: Cortez, 1992.

SCORNAVACCA, Eusébio; BECKER, João Luiz; CARAVANTES, Geraldo. Administrando projetos sociais. RAP Rio de Janeiro n(6) 159-77, Nov-DEZ 1998. disponível em <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rap/article/view/7788>.

SENNETT, Richard. O Declínio do Homem Público: as tiranias da intimidade. Tradução: Lygia Araújo Watanabe. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

SILVA, Maria Lúcia Lopes. Um novo fazer profissional. In: Capacitação em Serviço Social e Política Social, Mód. 4. CFESS-ABEPSS-CEAD/NED–UNB, 2000.

VASCONCELOS, Pedro. **Redes de apoio familiar e desigualdade social**: estratégias de classe In Análise Social, vol. XXXVII, 2002.

VELHO, Gilberto. “Observando o familiar”. In: _____. Individualismo e cultura: notas para uma antropologia da sociedade contemporânea. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1980.